

**EDMUR ANTONIO STOPPA**

**LAZER NOS ACAMPAMENTOS DE FÉRIAS:  
UMA ANÁLISE DA AÇÃO DOS ANIMADORES SÓCIO-CULTURAI**

**CAMPINAS, 1998**

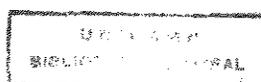
EDMUR ANTONIO STOPPA

**LAZER NOS ACAMPAMENTOS DE FÉRIAS:  
UMA ANÁLISE DA AÇÃO DOS ANIMADORES SÓCIO-CULTURAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Faculdade de Educação Física da  
Universidade Estadual de Campinas

Orientador: **Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino**

**CAMPINAS, 1998**



Marcellino

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF - UNICAMP

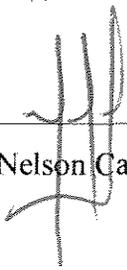
St73L Stoppa, Edmur Antônio  
Lazer nos acampamentos de férias: uma análise da ação dos animadores sócio-culturais / Edmur Antônio Stoppa.-- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Nelson Carvalho Marcellino  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

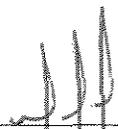
1. Lazer. 2. Educação-Brasil. 3. Acampamentos-Administração. 4. Animador cultural. I. Marcellino, Nelson Carvalho, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Edmur Antonio Stoppa e aprovada pela Comissão Julgadora em 10 de dezembro de 1998.

Data: 15/04/99

  
Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Comissão Julgadora:



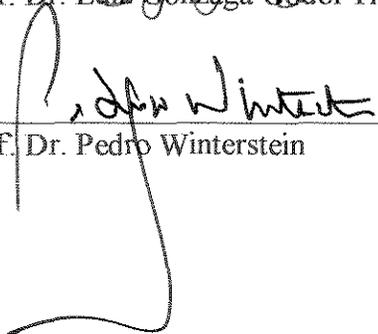
---

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino



---

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo



---

Prof. Dr. Pedro Winterstein

## Dedicatória

Dedico a meus pais pelo carinho e apoio dado durante a elaboração do trabalho, de fundamental importância para a consolidação de mais uma etapa em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Durante a minha passagem pelo programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, várias foram as pessoas que colaboraram para que este trabalho fosse realizado.

A orientação competente do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, grande amigo que fiz durante este período de convivência, foi fundamental durante todo o processo. Sua constante presença, sempre estimuladora, em muito me ajudou para que as idéias tomassem corpo e ganhassem forma. Agradeço a confiança depositada em mim e ao incentivo dado, através de questionamentos e sugestões preciosas, tanto para o trabalho acadêmico quanto para o trabalho profissional, sabendo, acima de tudo, respeitar os meus limites e dificuldades encontradas durante o período de orientação. Ao Mestre, meu muito obrigado.

Aos Profs. Drs. Pedro Winterstein e Luiz Gonzaga Godói Trigo pelas sugestões dadas durante o exame de qualificação, contribuindo para o crescimento do trabalho.

Aos meus primos, Daniel e Cleusa, pelo apoio e paciência demonstrada nas inúmeras vezes que estive em sua residência utilizando o computador para a redação deste trabalho.

Ao Prof. Helder Ferreira Isayma, grande amigo e companheiro de longa data, um dos responsáveis por esta nova fase, pelo incentivo e apoio na realização deste projeto pessoal.

Ao amigo Santista, companheiro de tantas ocasiões, pela convivência e apoio durante estes anos de Mestrado, dividindo tanto os bons momentos, quanto as angústias surgidas no decorrer do caminho.

Às amigas Fátima e Birigüi, pela amizade e ajuda dispensada na digitação de parte deste trabalho, de fundamental importância, dadas as condições da época em que esta ajuda ocorreu.

Aos amigos e companheiros que conviveram comigo nas disciplinas e nos corredores da FEF, contribuindo seja através das discussões realizadas, seja através dos bate-papos informais, dividindo momentos que deixaram e deixarão muitas saudades: Uvinha, Raulito, Maurício Mau-Mau, Gina, Ernesto, Ilse, Pina, Cris, Ana de Pellegrin, Monica, Andreia.

Aos Professores e Funcionários da Faculdade de Educação Física da UNICAMP que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À direção e profissionais dos acampamentos Paiol Grande e Sítio do Carroção, por terem permitido a realização da pesquisa, além da disponibilidade e ajuda dispensadas para a sua efetivação.

Finalmente, agradeço ao apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 1996 e 1997.

## RESUMO

Embora seja uma atividade realizada no país, desde meados da década de 40, contando atualmente com dezenas de instituições e os mais variados tipos de trabalhos, os acampamentos de férias, enquanto um espaço específico de lazer, não têm sido motivo de interesse por parte dos estudiosos da área, carecendo de uma melhor reflexão e discussão em torno do trabalho desenvolvido. Procurando colaborar para suprir esta deficiência, o objetivo deste estudo foi verificar como se processa a atuação dos profissionais de lazer nestes espaços e suas possíveis implicações no lazer das crianças e adolescentes participantes. O trabalho é resultado da combinação entre pesquisa bibliográfica, documental e empírica, tendo sido utilizadas como principais técnicas de coleta de dados, a observação participante e a entrevista estruturada. Procurou-se cotejar, através de estudos comparativos entre dois acampamentos, escolhidos com base em critérios de amostragem não probabilístico, intencional, por representatividade e acessibilidade, o discurso e a ação encontrados nos dois espaços. Através da análise do material coletado foi possível perceber a defasagem entre o discurso e a ação em apenas um dos acampamentos. Embora os locais possuam uma grande experiência acumulada com o passar dos anos e que deve ser valorizada, percebeu-se a ausência de conhecimento da Teoria do Lazer, como embasamento da ação dos profissionais. Esta ausência acaba por descaracterizar o espaço enquanto equipamento de lazer, privilegiando o direcionamento, a imposição, a interferência nas atividades, ao contrário da possibilidade de escolha, da participação nas decisões, na ludicidade das atividades, como forma de preparar o participante para as exigências encontradas na sociedade. A necessidade do estabelecimento de uma política de atuação é fundamental como ponto de sustentação de uma ação específica na área do lazer, para que não se estabeleçam os equívocos verificados nos locais pesquisados, com reflexos negativos para o lazer dos participantes, entendido de maneira ampla, e assim considerando não apenas o descanso e o divertimento, mas também as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social.

## ABSTRACT

Although this activity is operative in Brazil since around the 40's, having nowadays tens of institutions and a broad number of areas of work, vacation camps, as a specific space for leisure and fun, has not been of interest to researchers of the subject, lacking a better reasoning and discussion regarding works developed in the area. With the aim of helping to eliminate such gap, the purpose of this study was to verify how leisure professionals operate in such spaces and their possible implication on the feeling of fun by participant children and teenagers. The work is the result of a mix of bibliographic documental and empirical research, employing participant observation and structured interviewing as its main data collecting techniques. We aimed at evaluating, through comparative studies between two vacations camps, which were selected based on non-probabilistic sampling criteria, per representativity and accessibility, the discourse and action found in both camps. Through the analysis of collected material it was possible to perceive the gap found between discourse and action in only one camp. Although both places have a great-accumulated experience along the years that shall be praised, we perceived a lack of knowledge of the Leisure Theory, that should be employed as a support to the work of professionals. Such lack ends up rendering the facility characterless regarding it being a leisure equipment, privileging directing, imposition, and interference in activities, as opposed to the possibility of choice and the participation in decisions, in the playfulness of activities, as a way of preparing participants for the demands found in society. The need of the establishment of a work policy is fundamental as support for a specific action in the leisure area, so that mistakes verified in researched locations do not occur anymore, which have negative reflexes in the leisure time of participants, in a broader sense, while also considering not only its rest and fun aspects, but the also possibilities of personal and social development.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> _____	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I: A concepção de lazer e suas relações com a atuação profissional e a cultura vivida pela criança nos acampamentos de férias</b> _____	<b>05</b>
1.1.- A concepção de lazer - as categorias básicas de análise do estudo	06
1.2.- O elemento lúdico da cultura e a criança	14
1.3.- O profissional de lazer	22
1.4.- A atuação profissional e suas implicações na programação de lazer de um acampamento	28
<b>CAPÍTULO II: Os acampamentos Paiol Grande e Sítio do Carroção: descrição e funcionamento</b> _____	<b>35</b>
2.1.- O acampamento Paiol Grande	39
a) A pesquisa documental	39
b) A pesquisa de campo	50
2.2.- O acampamento Sítio do Carroção	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	<b>96</b>
<b>ANEXOS</b> _____	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo básico verificar como se processa a ação dos profissionais de lazer nos acampamentos de férias e suas possíveis implicações no lazer das crianças e adolescentes participantes. A análise é realizada buscando o entendimento das relações entre três “categorias” principais: os profissionais, as instituições e os participantes.

Meu interesse pelo tema, data do ano de 1993 quando participei, na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, da segunda turma do curso de especialização em Recreação e Lazer. À medida em que tomava contato com as discussões sobre a problemática do lazer, uma série de questionamentos foram surgindo relacionados a minha prática anterior, buscando refletir e entender melhor a área em que militava como profissional do lazer, experiência acumulada no decorrer de 8 anos de trabalho em um acampamento de férias tradicional da cidade de São Paulo.

A ausência de estudos que conseguissem responder questões relacionadas ao espaço específico de minha atuação levou à realização deste estudo, o qual busca compreender a organização dos acampamentos de férias, de maneira mais abrangente e de modo que pudesse se diferenciar dos trabalhos mais comumente encontrados e que funcionam como meros manuais de orientação e descrição de atividades.

Espaço de atuação de uma variada gama de profissionais e estudantes, incluindo os da área da Educação Física, o acampamento de férias é uma atividade realizada no país desde meados da década de 40, em várias instituições e diferentes tipos de trabalho. Embora os locais em que os acampamentos se realizam possuam uma grande experiência, acumulada com o passar dos anos, trata-se ainda de uma atividade sem qualquer sustentação teórica na área do lazer, que fundamente tanto a filosofia de trabalho desenvolvida, quanto a formação específica de profissionais para o exercício da função, resultando numa série de equívocos, a partir de uma visão restrita e parcial do lazer.

Assim, considero de grande importância a reflexão sobre o acampamento - equipamento específico de lazer enquanto espaço multidisciplinar -, sobretudo em relação ao profissional de Educação Física, área de conhecimento na qual esta dissertação foi desenvolvida, na busca de uma ação pedagógica, crítica e transformadora, de modo que as atividades de lazer não signifiquem exatamente a sua negação.

O estudo é baseado na consideração do lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, tendo como traço definidor o caráter desinteressado da vivência e a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (Marcellino, 1987); nas categorias de análise do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1980a; 1980b), analisadas de um ponto de vista crítico; na importância da vivência do elemento lúdico na infância; na atuação de especialistas na linha dos animadores sócio-culturais, cuja ação se apoia sobre a técnica e o espírito da ação (Carvalho, 1977), num papel de mediação entre a criança e a herança cultural com a qual o participante deva tomar contato (Winnicott, 1975).

Enquanto metodologia utilizada, o trabalho foi realizado através da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, com trabalho de campo (Severino, 1991) e inserção do pesquisador no grupo pesquisado.

Em relação ao método, como “modo de investigação” (Bruyne, 1977, p. 223), foi utilizado o estudo comparativo. Para operacionalizá-lo, utilizei as técnicas a seguir:

- 1- para a pesquisa bibliográfica:** A) Levantamento inicial; B) análises textual, temática, interpretativa e problematização (Severino, 1991) e C) definição das categorias utilizadas na pesquisa empírica;
- 2- para a pesquisa documental:** análise de conteúdo, através de anuários e manuais de conselheiros do acampamento Paiol Grande;

3- para a pesquisa empírica: o principal instrumento de coleta de dados foi a observação participante, complementada pelas entrevistas estruturadas para o aprofundamento da investigação (Bruyne, 1977).

A definição da amostra se deu de forma não probabilística, intencional, com critérios de representatividade e acessibilidade para os acampamentos, acessibilidade para os profissionais e critérios de saturação para os participantes.

Em relação a mostra dos acampamentos, de início foram contatados três locais, sendo enviada uma carta explicativa do trabalho proposto, anexando-a ao projeto de pesquisa. Dois dos locais (Fundação Acampamento Paiol Grande e Acampamento Sítio do Carroção) responderam dando o seu aceite e permitindo a realização da pesquisa, bem como a divulgação de seus nomes. O terceiro local contatado, após uma reunião explicativa em relação ao projeto, não concordou com a realização da pesquisa, alegando que considerava o tema do trabalho muito crítico, o que o deixava preocupado com os possíveis resultados quando da publicação de um relatório final.

Quanto à estruturação do presente texto, considerei que dois capítulos para o desenvolvimento da discussão proposta, enlaçada pelas considerações finais, eram necessárias e suficientes.

O primeiro capítulo do trabalho é dedicado às discussões conceituais acerca da questão do lazer e suas relações com a ação profissional e a cultura vivida pela criança. Nele explico o conceito de lazer e seu entendimento relacionado aos conteúdos, gêneros, níveis e funções a ele ligados. Destaco também a importância do elemento lúdico da cultura para a criança, enquanto possibilidade da vivência de sua faixa etária e o papel do adulto nesta relação. São considerados, ainda, quem são e quais as características dos profissionais que atuam na área do lazer e os riscos advindos de sua atuação. E, finalmente, são consideradas as possíveis implicações na programação de lazer de um acampamento relacionadas a ação do profissional.

No segundo capítulo a análise é centrada na descrição e funcionamento dos acampamentos escolhidos para a pesquisa empírica. Nele realizo a análise documental do material recolhido no acampamento Paiol Grande e análise dos dados coletados através das entrevistas estruturadas e observação participante, junto aos profissionais e frequentadores em ambos os espaços.

Nas considerações finais busco comparar os trabalhos desenvolvidos pelos dois locais, apontando semelhanças ou diferenças e suas relações com a teoria explicitada no decorrer do primeiro capítulo, destacando os equívocos observados e a necessidade de explicitação de uma política básica de atuação que venha orientar o desenvolvimento de uma ação específica na área, tendo como base a rica experiência de trabalho acumulada nesse espaço/atividade de lazer.

## **CAPÍTULO I**

**A CONCEPÇÃO DE LAZER E SUAS RELAÇÕES COM A**

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A CULTURA VIVIDA**

**PELA CRIANÇA NOS ACAMPAMENTOS DE FÉRIAS**

## 1.1.-A CONCEPÇÃO DE LAZER: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESTUDO

Diferentemente do ideal de lazer dos gregos, que se apoiava na exploração da maioria, baseada em uma sociedade escravagista, o fenômeno concreto do lazer contemporâneo é fruto da sociedade urbano-industrial, incidindo sobre ela e podendo questioná-la, através dos novos valores gerados.

Sobre o surgimento desse lazer contemporâneo, Marcellino afirma que:

“A gestação do fenômeno lazer, como esfera própria e concreta, dá-se, paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que acentuam a divisão do trabalho e a alienação do homem do seu processo e do seu produto. O lazer é resultado dessa nova situação histórica - o processo tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Nesse aspecto, surge como resposta a reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação da força de trabalho”(1983, p. 14).

Assim, as considerações acima, aliados a outras mudanças nas demais obrigações na vida da sociedade moderna, acabaram por propiciar o surgimento da problemática do lazer, tal como se verifica hoje, historicamente situado. No entanto, vale a pena ressaltar que no caso específico do Brasil este processo só veio a se consolidar há algumas décadas, com a aceleração do processo de urbanização de novas áreas e de concentração populacional nas áreas já urbanizadas, fato observado a partir do censo de 1970 (Marcellino, 1983).

Dessa forma, entendo o lazer como um fenômeno gerado historicamente, em estreita ligação com as demais áreas de atuação humana. Isso significa dizer que mesmo

sofrendo influências da sociedade, ele também a influencia, podendo assim ser tanto um espaço para a manutenção da estrutura social vigente, quanto um canal viável de transformação da realidade injusta que se coloca para a sociedade (Ayoub, 1993). É a partir desta última perspectiva, que o lazer será focado nesse trabalho, ou seja, “como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para a mudança de ordem moral e cultural” (Marcellino, 1987, pp. 40-41).

Entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer, podem ser identificadas duas linhas de pensamento quanto ao seu conceito. Essas linhas se caracterizam pela ênfase ao aspecto atitude, ou seja, lazer enquanto estilo de vida e ênfase ao aspecto tempo, liberado das obrigações do trabalho, ou livre das demais obrigações. Segundo Marcellino (1987), apesar dessa polêmica sobre o conceito, para os estudiosos do lazer o que se verifica atualmente é a consideração dos dois aspectos - tempo e atitude para a sua caracterização.

No Brasil, Joffre Dumazedier, sociólogo francês, considerando o lazer como

“...conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”(1973 p. 34),

era até bem pouco tempo atrás, a principal referência para os estudos na área (Marcellino 1987).

Alguns autores fazem críticas à definição acima referida, considerando que a compreensão de Dumazedier sobre o lazer é insatisfatória.

Maria Isabel Faleiros (1980), em seu texto “Repensando o Lazer”, tece várias considerações importantes. Afirma que Dumazedier, ao tentar esgotar aquilo que considera lazer não consegue apanhar a dinâmica social que se encontra nas manifestações das atividades de lazer.

Para Faleiros, a explicação de Dumazedier sobre o lazer se faz através da estrutura lógica do funcionalismo que, segundo a autora, “é um instrumento que ao mesmo tempo que satisfaz necessidades cria outras” (1980, p. 52).

Para a autora acima o conceito de Dumazedier

“... se identifica com um invólucro vazio para ser preenchido com as atividades que são desenvolvidas em função de determinadas necessidades, desde que realizadas distintamente de certas obrigações institucionalizadas. Esse conceito de lazer histórico, parece buscar o seu conteúdo organizando o mundo da aparência” (1980, p. 61).

Entender o lazer ligado às concepções funcionalistas, em suas várias abordagens, é entendê-lo em sua “especificidade abstrata”. Segundo Marcellino,

“a ação fundamentada neste entendimento (‘especificidade abstrata’) é geradora de incompetência, estimuladora da não participação e inibidora do exercício da cidadania. É a ação do especialista tradicional” (1991, p. 34).

A ação acima referida também é geradora de incompetência, pois as abordagens funcionalistas, colaborando para a manutenção da situação vigente, não levam em conta aquilo que Marcellino chama de “todo inibidor”, ou seja, “o conjunto de variáveis, que tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades, quantitativas e qualitativas, na apropriação do tempo livre” (1991, p. 34).

Em relação à concepção funcionalista, distingui-se quatro diferentes abordagens. Uma delas é a abordagem “moralista”, enfatizando os valores morais vigentes na sociedade. A segunda abordagem é a de caráter “romântico”, com ênfase nos valores das sociedades tradicionais e na nostalgia ao passado. Uma terceira abordagem é a “compensatória”, em que o lazer é visto como “compensação”, geralmente em relação ao trabalho devido à insatisfação e alienação existentes. Por fim, observa-se uma abordagem “utilitarista”, na qual o lazer é reduzido à função de recuperação da força de trabalho ou como instrumento de desenvolvimento (Marcellino, 1987).

Em sintonia com as abordagens funcionalistas, que visam utilizar o lazer como válvula de escape para manter a ordem social estabelecida, encontra-se uma série de barreiras (todo inibidor) tais como sexo, faixa etária, estereótipos, nível de instrução, as quais tendo o fator econômico como pano de fundo, acabam por limitar quantitativa e qualitativamente o lazer a uma pequena parcela da população. (Marcellino, 1983).

Diferentemente de Dumazedier que procura buscar o conteúdo do lazer no interior de atividades realizadas, como diz Faleiros, em um mundo da aparência, Marcellino reafirma que o lazer é gerado historicamente, ou seja,

“...como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (1987, p. 31).

O conceito de lazer é considerado em estreita ligação com os demais campos de atuação da vida humana. Essa afirmação pode ser verificada analisando-se o aspecto tempo que é caracterizado como “tempo disponível”, ao invés de “tempo livre”, pois

como diz o autor “tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social” (Marcellino, 1987, p. 29).

Gostaria de destacar, ainda, a possibilidade de opção que o “tempo disponível” oferece, desvinculando o lazer apenas da situação prática, colocando-o em estreita ligação com o ócio que, ao contrário da ociosidade, seria também uma possibilidade de opção pessoal.

Ainda analisando as ligações do conceito de Marcellino com as demais esferas da vida social, ganha relevância o conceito de cultura, entendido pelo autor de maneira ampla.

José Luís dos Santos entende a cultura como

“...a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso” (1992, p. 50).

Para Cármem Macedo a cultura é entendida como

“...conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (In: Valle, 1984, p. 35).

Assim, a importância de se entender o lazer, a partir da perspectiva de ligação com as demais esferas de atuação humana, significa estar atento para as possibilidades de alienação em quaisquer dessas áreas de atuação (Marcellino, 1987), pois

“...se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro” (Ecléa Bosi, 1978, p. 76).

Outro aspecto relevante a ser mencionado sobre o lazer diz respeito às funções que lhe são atribuídas. Para Ethel Bauzer de Medeiros (1971), entre outros autores, seriam funções do lazer o descanso, o divertimento e, o principal de todos, o desenvolvimento pessoal e social. Assim, o lazer deveria contribuir não apenas com aspectos consumatórios ou de reposição da força de trabalho, mas procurando elevar as pessoas a uma maior participação nas atividades, de maneira crítica e criativa.

Mesmo concordando com as críticas de Faleiros relativamente ao conceito de lazer de Dumazedier, neste estudo utilizo as categorias de análise do sociólogo francês. Apesar de não ser a única classificação possível, e acreditando mesmo em eventuais falhas em todas elas, creio que esta seria a mais adequada, pois abrangeria “todos os aspectos que caracterizam o homem, no seu processo de vir a ser” (Marcellino, 1983, p. 39), colaborando, assim, para que as ações, no âmbito específico do lazer, busquem atender o ser humano como um todo.

Dumazedier (1980a) classificou os conteúdos culturais do lazer em cinco áreas: artísticos, intelectuais, físico-esportivos, manuais e sociais. Luiz Octavio Lima Camargo (1989), complementando Dumazedier, aponta uma sexta categoria representada pelos interesses turísticos.

É importante destacar que os conteúdos desta classificação são áreas que se interligam, sendo assim colocados em separado apenas para facilitar o planejamento de atividades de lazer e a realização de pesquisas. Assim “...a distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância e representando escolhas subjetivas...” (Marcellino, 1983, p. 41), reforçando-se, assim, a questão da opção no conceito de lazer dentro da totalidade do ser humano.

Porém, para que se consiga atingir a totalidade do ser humano e que a escolha seja realmente uma opção é necessário que os conteúdos do lazer sejam conhecidos pelas pessoas, incentivando sua busca de participação nos diversos interesses da classificação de Dumazedier.

Assim a participação está diretamente ligada à informação e nesse sentido Cardoso argumenta que

“o primeiro passo para que se possa realmente fazer algo mais sólido na direção da participação é aumentar o grau de informação” (1985, pp. 64-65).

Vale a pena lembrar que a forma como essa participação se dá deve ser considerada, uma vez que o exercício crítico e criativo do lazer é um fator a ser buscado através dessa participação (Marcellino, 1990).

Sobre a participação, Marilena Chauí (1989b) afirma que é necessário a participação popular criar suas próprias leis e regulamentos, uma vez que só assim ela se tornará política e democrática. Para Chauí, participação seria

“o direito de tomar as decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas...”(1989b, p. 56).

Além disso, Ayoub, analisando as relações existentes entre a democracia, entendida “como forma de existência social”, e os processos de participação e informação afirma que

“...‘para existir socialmente’ é indispensável participar; e não há como participar sem estar informado. Isso significa que não há democracia se não houver participação” (1993, pp. 54-55).

A autora anteriormente referida complementa dizendo que sem um compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica a informação torna-se alienante e manipuladora, deixando assim de garantir uma efetiva participação.

Extrapolando a classificação dos conteúdos culturais, expressos através dos interesses predominantes no lazer, Dumazedier (1980b) continua sua análise com as categorias de gêneros e níveis.

Quanto aos gêneros, o autor os classifica em prática, conhecimento e fruição ou assistência. O gênero da prática, aconteceria quando o indivíduo buscasse desenvolver sua atividade de lazer. O gênero do conhecimento se caracterizaria pela procura de informações sobre a atividade de lazer. Já o gênero da fruição ocorreria quando a atividade de lazer fosse acompanhada ou no local onde ela se realiza, ou através do rádio ou através da televisão.

Relativamente às discussões sobre o gênero da atividade, é importante lembrar que a questão da atividade e passividade é geralmente relacionada somente com a prática e o consumo respectivamente, ocasionando grandes equívocos. Assim colocado, todo o “fazer” estaria associado à atividade enquanto o “assistir” se relacionaria à passividade. Porém, o que determina o ser como ativo ou passivo não seria a ocupação do indivíduo na atividade, mas a maneira como se processa a sua participação na atividade de lazer. Deste modo, a classificação “ativo/passivo” poderia ser encontrada nos três gêneros já detalhados (Marcellino, 1983).

Dante Silvestre Neto, seguindo o raciocínio acima, afirma que essa “classificação incide não sobre o tipo de atividade, mas sobre o modo como ela é praticada”(s/d, p. 2). Assim, o que determinaria essa classificação “ativo/passivo” seriam os **níveis de participação** que, de acordo com Dumazedier (1980b), podem ser classificados em elementar ou conformista, médio ou crítico e superior ou criativo.

Desse modo, é de se esperar que os acampamentos de férias a serem analisados na pesquisa empírica, realizem seus trabalhos de modo a orientar e estimular a participação das pessoas dentro dos seis interesses culturais do lazer, nos três gêneros, buscando levar as pessoas a ultrapassarem os níveis, de possivelmente conformista para crítico e criativo.

Além disso, é importante também trabalhar o lazer não apenas enquanto descanso e divertimento, mas buscando o desenvolvimento pessoal e social dos participantes, uma vez que

“...as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, à partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade” (Marcellino, 1987, p. 60).

Em outras palavras, seria desenvolver o lazer em seu duplo aspecto educativo - como veículo e como objeto de educação (Marcellino, 1987). Dessa forma, o lazer deixaria de ser visto de uma perspectiva funcionalista e o profissional dos acampamentos não mais trabalharia dentro de uma especificidade abstrata. O lazer seria entendido como um espaço possível de questionamento e transformação da sociedade, sociedade na qual a própria criança frequentadora dos acampamentos está inserida.

## **1.2.- O ELEMENTO LÚDICO DA CULTURA E A CRIANÇA**

Entender o lazer no seu duplo aspecto educativo é entendê-lo como um espaço privilegiado para a manifestação do elemento lúdico, o que não significa que este não possa se manifestar nos outros campos da atuação humana.

Nesse sentido, Marcellino afirma que

“o lazer é (...) entendido como um campo de atividades, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo de manifestação do brinquedo, do jogo, da festa, para além do próprio lazer” (1990, p. 55).

E aqui o elemento lúdico é entendido “não ‘em si mesmo’, ou de forma isolada nessa ou naquela atividade (brinquedo, festa, jogo, brincadeira, etc.) mas como um componente da cultura historicamente situada” (Marcellino, 1990, p. 28). A noção de cultura é colocada em seu sentido mais amplo - enquanto produto e processo, conteúdo e forma - o mesmo sendo entendido com relação ao componente lúdico (Marcellino, 1990).

Adoto o conceito acima devido ao caráter abrangente do lúdico enquanto manifestação. A utilização pelos diversos autores que tratam do tema de palavras como jogo, brinquedo, brincadeira e festa nos mais variados trabalhos, vem reforçar a abrangência do componente lúdico da cultura, contribuindo também, seja no campo conceitual ou quando se procura analisar seu conteúdo, para imprecisões acerca de seu esclarecimento, bem como sua caracterização (Marcellino, 1990).

O autor mencionado acima destaca que a vivência do componente lúdico da cultura, em termos de processo e de forma, principalmente, é colocada enquanto denúncia da realidade injusta que aí está e anúncio de uma nova realidade. Do mesmo modo, a vivência desse componente extrapola a simples aquisição dos conteúdos culturais, para se tornar uma questão de participação cultural.

A existência de barreiras sócio-culturais, porém, acabam por limitar, quantitativa e qualitativamente, a participação cultural.

A discussão proposta neste texto aborda, especialmente, a barreira da faixa etária, no caso específico da criança, uma vez que este estudo visa investigar a atuação do profissional de lazer com esta população.

Antes de mais nada, é importante esclarecer que a criança em questão é parte integrante de uma sociedade concreta, não cabendo, portanto, considerar a “infância como reinado absoluto do lúdico” (Marcellino, 1990, p. 54), decorrendo daí uma série de implicações para com a cultura dessa faixa etária.

A esse respeito, Edmir Perrotti afirma que geralmente a criança é pensada somente a partir de uma perspectiva etária, como algo em formação. Mas, segundo o autor, várias pesquisas mostram que

“...longe de ser apenas um organismo em movimento, como de resto qualquer categoria etária, a criança é também alguém profundamente enraizada em um tempo e um espaço, alguém que interage com estas categorias, que influencia o meio onde vive e é influenciado por ele” (In: Zilberman, 1990, p. 12).

Baseando-se em Florestan Fernandes, Perrotti conclui que a criança não só é vista como pertencente “a grupos dotados de subcultura próprios, mas também como elemento capaz de intervir no processo cultural como um todo”, não podendo, assim, ser entendida como um ser passivo em formação (In: Zilberman, 1990, p. 23).

Assim, se a participação cultural é condição indispensável para a existência social, a participação da criança em vivências específicas a sua faixa etária é imprescindível como forma de aumentar o repertório de opções para uma posterior escolha. Deste modo, a valorização da cultura da criança em todas as classes sociais deve proporcionar a vivência do componente lúdico, criando bases para uma participação em níveis médios e superiores (Marcellino, 1986).

D. W. Winnicott considera que “o brincar conduz naturalmente à experiência cultural e, na verdade, constitui seu fundamento”(1975, p. 147). Para o autor a extensão da participação “pode ser mínima ou máxima, de acordo com a soma das experiências concretas” (p.148).

O que vem acontecendo em nossa sociedade, porém, de modo cada vez mais enfático, é o furto do componente lúdico da cultura da criança, independente de classe social, o que provoca uma igualdade entre as crianças.

Para Marcellino, a igualdade acima referida implicaria na ocorrência de uma unidade na infância, podendo ser entendida como

“... a ‘proletarização’ da criança: não deixa de reconhecer as desigualdades das classes sociais, só que também leva em conta que, com relação ao adulto, todas as crianças são proletárias em termos de projeto humano, e da própria vivência de sua faixa etária” (1990, p. 56),

ocasionando uma negação da cultura da criança, enquanto produto e, sobretudo, enquanto processo (Marcellino, 1990).

Analisando as sociedades da Idade Média, Philippe Ariès (1981) mostra o surgimento dos sentimentos de **paparição** e **moralização** em relação à criança. Segundo o autor acima, de um estágio em que a sociedade mal se apercebia da criança e esta era logo misturada aos adultos sendo por eles educada, passou-se para um outro na qual um sentimento de paparição era reservado somente às crianças pequenas sem, contudo, tirá-las do anonimato. Só a partir da metade do século XVII, junto com uma mudança na educação e sentimento familiar, surgiria o outro sentimento de infância, o de moralização, tirando a criança do meio dos adultos para garantir a sua educação através das escolas.

Ariès (1981) também analisa a questão dos jogos e brincadeiras nesse período. Para ele, de um estágio na qual esses jogos e brincadeiras eram comuns a todos passou-se para uma nova situação, em que estes elementos são abandonados pelos adultos das classes privilegiadas, sobrevivendo apenas entre adultos das classes subalternas e as crianças de ambas as classes. Para o autor existiria, assim, uma relação entre o surgimento do sentimento de infância e do sentimento de classe.

Vale lembrar, também, que com o surgimento do sentimento de moralização, após uma absoluta atitude de reprovação com relação aos jogos, estes só foram introduzidos nos colégios jesuítas como forma de regulamentá-los e controlá-los (Ariès, 1981).

#### De acordo com o autor

“...sob as influências sucessivas dos pedagogos humanistas, dos médicos do iluminismo e dos primeiros nacionalistas, passamos dos jogos violentos e suspeitos da tradição antiga à ginástica e ao treinamento militar, das pancadarias populares aos clubes de ginástica.

Essa evolução foi comandada pela preocupação com a moral, a saúde e o bem comum. Uma evolução paralela especializou segundo a idade ou a condição os jogos que originariamente eram comuns a toda a sociedade” (Ariès, 1981, p. 114).

Já na sociedade atual Edmir Perrotti (In: Zilberman, 1990) vê a criança sofrendo uma dupla opressão: a etária e a de classe. A etária devido à visão adultocêntrica que a entende como um “vir-a-ser”, um “futuro adulto”; e a de classe dada a imposição de padrões culturais das classes dominantes às crianças das classes menos privilegiadas.

Oliveira acrescenta, além da dominação etária e da dominação de classe, a questão da fragmentação do tempo em unidades isoladas (infância, maturidade e velhice). Para ele a fragmentação sendo

“...uma construção típica da sociedade capitalista, se não inviabiliza por completo, pelo menos dificulta muito qualquer projeto de participação e de apreensão cultural em sua totalidade” (1986, p. 64).

Para o autor em questão, o importante é entender a condição humana em sua historicidade, como uma preparação permanente para as mudanças e, no caso específico da infância, não como preparação para a vida adulta.

Outros fatores seriam também responsáveis pelo furto do lúdico cada vez mais precocemente na vida das crianças. O impacto da obrigação precoce, seja como mão-de-obra barata ou no primeiro contato com as obrigações escolares e a substituição da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança são exemplos desta situação.

A necessidade de trabalhar exigida de grande parte das crianças em nosso país ocorre como forma de complementação do orçamento familiar, resultando muitas vezes em exploração, violência e opressão. Como diz Marcellino “...o discurso oficial (Constituição Brasileira de 1988, Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Carta do Lazer), também no campo do lazer, não é acompanhado pela ação” (1990, p. 65).

Sobre o lúdico enquanto mercadoria, Perrotti afirma que, infelizmente, a produção cultural é vista pela sociedade substituindo “...tanto as relações sociais, políticas, como as relações afetivas e a falta de espaço livre” (In: Zilberman, 1990, p. 24). E a partir da falta do espaço livre, do lúdico, a produção cultural oferece-se como substituição, como mercadoria, possibilitando a criança viver “através de produtos culturais aquilo que lhe é negado no real” (p. 25).

Por um lado é a aceitação da criança como um ser passivo e, cada vez mais, consumidor em potencial. Furta-se o lúdico à criança enquanto processo, privilegiando-o enquanto objeto (Marcellino, 1990, p. 67).

Por outro lado, não se poderia entender a criança apenas como um ser oprimido, mas também como um ser capaz de resistir às situações de opressão dentro do possível.

Florestan Fernandes enfatiza que quando se processa a aprendizagem

“...o mestre da criança é a própria criança. Os modelos, às vezes, são tomados ou imitados dos adultos. Mas tudo se passa através e para as crianças - estas se tornam os agentes e os árbitros humanos do que é ‘certo’ ou ‘errado’, aquilo ‘que se deve’ ou ‘não se deve’ fazer” (1961, p. 18).

Outra abordagem em relação a resistência da criança, em face dos brinquedos industrializados é aquela defendida por Oliveira (1986). Para ele existem casos de rejeição da criança para com o adulto que tanto pode ser tanto o descaso quanto a destruição pura e simples do brinquedo. Além disso, a criança não se conforma apenas em usar o brinquedo, mas atribui-lhe novos significados e sentidos, diferentes daqueles atribuídos pelo adulto, recriando, assim, o brinquedo, mesmo que isso implique em sua quebra.

Mesmo concordando com as críticas feitas à dominação etária e de classes, acarretando o furto do lúdico e as possíveis resistências por parte das crianças, creio ser de grande importância a presença do adulto para o desenvolvimento dessa faixa etária específica. Porém, é preciso refletir melhor sobre quem é esse adulto e como se dá a sua presença junto às crianças.

Também Carvalho (1977) acredita que seja indispensável a presença do adulto junto ao jovem para exercer uma ação educativa e garantir uma resposta adequada às suas necessidades. Para Winnicott (1975), a presença do adulto é necessária pois representa um papel de mediação entre a criança e a herança cultural. Isso não significa, no entanto, que o adulto precise participar das brincadeiras das crianças. Afirma que

“quando o organizador tem de se envolver, numa posição de administrador, ocorre então a implicação de que a criança ou crianças são incapazes de brincar no sentido criativo...” (1975, p. 75).

Já para Carvalho (1977), a ação do adulto não deve ser realizada de maneira manipuladora e/ou autoritária, pois isso poderia violentar a personalidade do jovem.

Segundo Winnicott (1975), é necessário, ainda, por parte do adulto que vai fazer a mediação entre a criança e a herança cultural, realizá-la de modo adequado, respeitando a capacidade da criança, a idade emocional e a fase de desenvolvimento. É muito importante, também, que o adulto se familiarize com a herança cultural com a qual a criança deva tomar contato, para que não ocorram falhas no fornecimento dos elementos culturais, e, conseqüentemente perdas da capacidade lúdica. Para o autor, entender a questão a partir dessa perspectiva é muito importante pois “...nessa área de superposição entre o brincar da criança e o brincar da outra pessoa, há possibilidade de introduzir enriquecimentos” (1975, p. 74).

Segundo a perspectiva acima, os monitores e coordenadores de atividades desempenhariam nos acampamentos de férias os papéis propostos por Carvalho e Winnicott. Ou seja, seriam os mediadores entre o acampamento e suas possibilidades de abordagem e contribuição cultural e a bagagem cultural que cada criança traz consigo.

Assim, considero de fundamental importância a vivência do componente lúdico para essa faixa etária, entendendo a criança enquanto um ser atuante em nossa sociedade,

sendo capaz, portanto, de intervir no processo cultural de modo a criar condições para uma participação mais efetiva na busca de um espaço onde possa vivenciar a sua cultura.

Reafirmo, portanto, que considero o lazer como um espaço privilegiado para a vivência desse componente lúdico, embora não o único, na busca de novos valores.

Acredito, também, que a atuação profissional, no campo do lazer, levando em conta os possíveis riscos em sua intervenção, possa possibilitar essa vivência, contribuindo para minimizar os efeitos indesejáveis provocados na apropriação quantitativa e qualitativa do lazer.

### **1.3.- O PROFISSIONAL DE LAZER**

**O papel do profissional do lazer mereceu relevância neste estudo** porque acredito que a sua atuação é um canal possível de transformação do lazer como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, tendo como característica principal a busca do desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos.

Analisando a formação de especialistas, de uma maneira geral, Marilena Chauí coloca o discurso competente do especialista “entre a experiência real de cada um e a sua vida” (1989a, p. 58) devido à vulgarização e banalização dos recursos científicos através dos meios de comunicação de massa. Para ela, esses discursos são um importante modo de dominação, uma vez que podem gerar a incompetência tanto individual quanto coletiva. Por isto, procura-se

“convencer cada indivíduo de que estará fadado à exclusão social se cada uma de suas experiências não for precedida de informações competentes, que orientem sua ação, seus sentimentos desejos e fins” (1989a, p. 60).

Por sua vez, Silvestre Neto (1980) aponta que com a crescente importância do lazer ocorre uma necessidade de disseminação de equipamentos de lazer, mas, que por si só, isso não é garantia de uma ação eficaz. Para ele é necessário a associação com um sistema de animação cultural eficiente, a fim de se garantir, assim, além do repouso e divertimento, a função do desenvolvimento do lazer. O autor especifica a figura do animador cultural, que teria as seguintes características: ponderável bagagem cultural, ligação afetiva à prática cultural, ação sócio-cultural voluntária, caráter opinativo, intenção de exercer influência, desconfiança da rotina e do consumismo e, por fim, inquietação face à situação cultural - crença na ação.

Mesmo concordando com a necessidade de atuação de um sistema de animação eficaz, creio que as afirmações de Silvestre Neto devam ser melhor analisadas, pois o autor, em momento algum, mostra preocupação e discute os possíveis riscos que possam surgir a partir da atuação dos animadores culturais acima caracterizados. Assim, é importante discutir o modo como se dá a atuação destes especialistas, uma vez que ela, ao invés de privilegiar a participação minimizando as barreiras sócio-culturais, pode incentivar a não-participação através da dominação, via discurso competente.

Bruhns (1990) afirma que o agente social, em seu trabalho com as camadas populares, geralmente busca levar as pessoas ao cumprimento de determinadas tarefas históricas. Segundo a autora

“o agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último”  
(1990, p. 213).

Para Bruhns, a questão não se prende à presença do especialista, mas ao modo como ele atua. Neste sentido, os agentes devem realizar as atividades de acordo com o modo de vida das pessoas, “não impondo modelos estabelecidos de uma racionalidade diferente daquela pertinente às classes ‘carentes’ ”(1990, pp. 212-213). Ainda segundo a

autora, as propostas de trabalho junto às classes populares (e eu estenderia à participação de todas as classes) não devem ser “...‘para elas’, mas ‘com elas’, ‘a partir delas’” (p. 213).

Discutindo a questão da participação e da animação cultural, Marcellino (1986) enumera uma série de riscos que pode ocorrer na atuação do especialista de lazer. Esses riscos seriam: possibilidade de direcionamento das atividades deixando de lado o papel pedagógico da animação e contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante ou encorajando práticas tradicionais; a realização dos “pacotes” de lazer, elaborados nos gabinetes, para simples consumo e deixando a desejar em termos de participação efetiva; tendência ao isolamento do profissional para um único conteúdo cultural do lazer, abandonando os demais conteúdos e as outras áreas de atuação humana; a visão “moralista” do lazer, podendo transformar o especialista numa espécie de censor das manifestações; tendência a valorização das suas preferências em conteúdos e gêneros; e riscos devido à atuação institucionalizada, na qual a ação pode estar centrada não nos grupos envolvidos, mas na instituição patrocinadora da ação.

Assim, a atuação dos especialistas de lazer, na busca de uma participação realmente efetiva, ultrapassa a questão da informação e do conteúdo, ganhando especial destaque a forma como sua atuação está sendo processada, pois, segundo Ayoub (1993), qualquer imposição para o grupo social envolvido resulta em dominação e, conseqüentemente, em não-participação efetiva:

Assim para a autora acima,

“...somente, o compartilhar, o diálogo pode gerar uma relação de crescimento que se distancie cada vez mais dos riscos da dominação e alienação” (1993, p. 45).

Dentre os autores que se dedicaram a discutir o tema do lazer, existem as mais variadas denominações e características em relação aos especialistas desta área. Destaco entre elas: “líder recreacional” (Gaelzer, 1979, p. 78), “aconselhador em lazer” (Medeiros, 1980, p. 51), “consultores de lazer” (Riesman, 1971, p. 370), “agente cultural” (Coelho Neto, 1986, p. 16), “militante cultural” (Garcia, 1995, p. 23), e “animador sócio-cultural” (Carvalho, 1977, p. 150).

Utilizo neste estudo a denominação de animador sócio-cultural porque acredito na ação desenvolvida, ação que é essencialmente pedagógica e de grande importância, embasadora de novos valores para a efetiva participação no lazer.

Discutindo a questão da animação sócio-cultural, Carvalho (1977) a define como uma ação espontânea e/ou provocada, permitindo ao indivíduo assumir o seu desenvolvimento. Para tanto, o animador deve ter uma profunda consciência da cultura e das necessidades das pessoas com quem atua. É por isso que sua ação se realiza durante o tempo livre das pessoas, respeitando as seguintes características: adesão livre e espontânea, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista.

A partir da perspectiva acima, a ação do animador sócio-cultural, termo de utilização recente, de acordo com Carvalho (1977), no mundo da cultura e da ação social, busca a unificação do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural, capacitando o indivíduo para entender lucidamente o mundo e nele construir o seu caminho.

Procurando esclarecer o conceito, o autor acima afirma que a animação sócio-cultural deve visar:

“- Uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e

profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc.;

- Uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e actuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- Uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente as constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo” (Carvalho, 1977, p. 150).

De acordo com suas idéias, a ação do animador sócio-cultural deve se apoiar sobre a técnica e “espírito” da ação (entendida aqui enquanto respeito, humildade e autoridade). Para ele, esses dois elementos “constituirão um todo único e indissolúvel, sendo fundamental não valorizar um sobre o outro” (Carvalho, 1977, p. 154). E esses elementos dependerão da situação em que se encontra o animador e em que se integram os seguintes fatores:

“- O grupo a animar;

- o animador;

- a personalidade individual de cada elemento;

- a técnica a empregar pelo animador;

- a posição que o grupo ocupa frente a essa técnica;

- o ambiente sócio-cultural em que toda a ação tem lugar;

- o equipamento que é posto à disposição do grupo;

- o clima psicológico em que a ação se desenrola” (1977, p. 155).

Para que a ação do animador sócio-cultural consiga o alargamento da consciência dos indivíduos é necessário que ela se realize através das noções de facilitação, clarificação, catalização e promoção (Carvalho, 1977).

Outro autor que aborda a questão da animação cultural é Marcellino, entendendo-a como

“...atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência social que os impele a querer difundir esse seu bem cultural” (1986, p. 61).

Complementando o pensamento, para Marcellino, a formação desse especialista deve ser “...calcada na competência técnica, na vontade social e no compromisso político com a mudança da situação nos planos cultural e social” (1986, p. 61), situando sua ação “como mediadora entre o patrimônio cultural e a cultura vivenciada no cotidiano, num trabalho de democratização cultural” (1986, pp. 61-62).

Assemelhando-se à colocação de Carvalho sobre o animador sócio-cultural, fica evidente, nas afirmações dos dois autores, o caráter pedagógico, educativo da ação do profissional do lazer.

O profissional deve trabalhar com uma profunda consciência das necessidades das pessoas, a partir da cultura vivida, embasado em sua competência técnica e compromisso político, oferecendo a maior quantidade de informações possíveis, para que os envolvidos no processo possam fazer uma opção realmente consciente e que, através de suas participações, busque o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos.

No sentido acima Ayoub afirma que:

“O grande desafio que se lhes apresenta é o de trabalhar objetivando uma educação pelo e para o lazer (duplo aspecto educativo do lazer - veículo e objeto de educação), que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, intencionando a superação de níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, assim para gerar atitudes críticas e criativas que certamente influenciarão outros campos da atividade humana” (1993, p. 50).

Ou seja, é a consideração da especificidade “concreta” do lazer, geradora de novas experiências e estimuladora da participação e da cidadania. Para tanto ela exige a formação de um novo especialista, engajado em equipes multidisciplinares, diferente do especialista que aí está, tradicional, unidimensional e superficial, gerador da incompetência e não-participação. E esse novo especialista deve dominar sua especialidade dentro de uma visão de totalidade, necessitando, para isso, uma sólida cultura geral, que lhe permita relacionar o lazer com as demais áreas e uma constante reflexão (Marcellino, 1991).

#### **1.4.- A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA PROGRAMAÇÃO DE LAZER DE UM ACAMPAMENTO**

Classificados por Camargo (1979) enquanto equipamentos específicos de turismo social não-urbanos, os acampamentos de férias, nos últimos anos, transformaram-se em mais uma das opções para crianças e adolescentes das classes mais privilegiadas viajarem seja nas férias ou em outro período do ano, realizando jogos, brincadeiras e passeios em contato com a natureza.

Atendendo, durante todo o ano, a uma grande quantidade de participantes, das mais variadas regiões do país, os acampamentos de férias contam em seus quadros de

recursos humanos com a atuação de profissionais das mais diversas áreas de formação, entre elas a área de educação física.

Considero o acampamento como um importante espaço para a troca de experiências e convivência entre os participantes de variadas idades, mas acredito que a forma de atuação utilizada necessita de uma melhor reflexão e discussão. Nesse sentido, Bonacella (1985) afirma que este tipo de atividade é geralmente elogiado e quando há críticas elas dizem respeito apenas a itens superficiais da organização em geral, sem questionar aspectos como o valor educacional, filosofia, objetivos ou metodologia da atividade.

Visando contribuir com a reflexão sobre a atividade, levanto alguns pontos que considero importantes em relação a atuação dos profissionais.

Em primeiro lugar, como se caracterizaria a atuação dos profissionais nos acampamentos de férias? Sua atuação se equivaleria à atuação do profissional de educação física “tarefeiro” que atua no lazer, da qual fala Marcellino?

Discutindo a “dicotomia teoria/prática na Educação Física”, Marcellino (1995) afirma que o profissional de educação física, que atua na área do lazer, geralmente não estabelece uma prática, mas sim um “tarefismo”, além de confundir a prática do lazer, com a prática profissional que o lazer requer, pois o profissional desconhece a teoria do lazer, reduzindo sua atuação a um fazer não refletido.

Para o autor acima, esse “tarefismo”, observado ainda hoje nas aulas de recreação/lazer, do curriculum de Educação Física de muitas escolas superiores e nos “manuais” da área, acontece porque, apesar do profissional de lazer possuir curso superior, ele é, com raras exceções, relegado a uma posição inferior, subordinado. No setor privado ele se curva a outros profissionais com curso superior ou a patrões, cujo único mérito é serem proprietários de equipamentos específicos de lazer. Já no setor

público a subordinação é exercida por “administradores públicos” sem qualquer formação.

Diretamente ligado ao “tarefismo” influenciando na atuação do profissional estão os “pacotes de lazer”, criados como um receituário nos gabinetes para o simples consumo, procurando preencher todo o tempo de seu público alvo com as atividades programadas.

Verifica-se a dicotomia teoria/prática, na medida em que os pacotes de lazer são pensados, geralmente, por um coordenador e executados por monitores, mediante a exclusão destes últimos do processo geral de criação da programação proposta. Excluiu-se também a participação das pessoas que são o alvo das atividades, ignorando seus desejos e expectativas, impondo, desse modo, modelos e horários específicos para a realização da programação de “lazer”.

Assim, como são criadas e programadas as atividades de lazer de um acampamento de férias?

Em relação ao programa de atividades de um acampamento de férias, acredito que ele deva ser discutido e criado por todos os profissionais a partir das aspirações dos participantes, trabalhando com a possibilidade de livre adesão às atividades e também com a não-atividade.

O acampamento deveria realizar a programação procurando contemplar os seis conteúdos culturais do lazer, nos três gêneros, buscando a superação dos níveis, objetivando não apenas o descanso e divertimento mas, sobretudo, o desenvolvimento pessoal e social dos participantes. A livre adesão seria a possibilidade de optar entre participar em uma ou outra atividade, podendo até mesmo optar pela não realização das atividades propostas.

Acho importante, também, que os acampamentos de férias tenham espaços de tempos vazios, durante a sua programação, nas quais nenhuma atividade é programada, buscando-se com isso estimular nas pessoas o hábito da criação de suas próprias atividades. Organizando-se para tal, este é um meio para se buscar a sua autonomia, sem depender da presença do animador sócio-cultural.

Desse modo, os acampamentos de férias, idealizados enquanto um espaço específico de lazer para as pessoas, tem cumprido o seu papel, ou ocorreria um processo semelhante ao das cidades, descrito por Perrotti?

Perrotti (In: Zilberman, 1990) observou uma crescente mercantilização dos espaços livres das cidades, provocando como consequência o bloqueio do lúdico, oferecendo-se para a criança, como substituição daquilo que lhe é negado no real, a vivência através de produtos culturais.

Para o autor em questão, a produção cultural não deve ser entendida como “estrutura de consolação”, substituição ou negação da vida, mas como resgate do lúdico, alargamento do real através do simbólico.

Por fim, como são determinadas as regras de convivência existentes em um acampamento? Essas regras são explicitadas e discutidas com os participantes?

Afirmando que o “jogo do saber” pode ser praticado, de um modo ou de outro, em todo e qualquer espaço social, Marcellino (In: Moraes, 1994) tece várias considerações em relação à atuação do professor na sala de aula, que contribuem muito para a reflexão sobre a atuação do profissional de lazer nos acampamentos.

Para ele, geralmente, os professores estabelecem em sala de aula as regras de modo arbitrário, não as explicitando e exigindo o seu cumprimento. Isso pode levar a

reações conformistas ou de resistência, ou seja, o adestramento como forma de aceitação ou a indisciplina.

Ao contrário da postura acima, para Marcellino, o professor deveria se colocar em jogo, correr riscos e não jogar o seu jogo, o “jogo do poder”. Isso não significa que ele deva renunciar ao seu papel de docente e sim procurar transformar o poder docente instituído pela escola em poder docente delegado pelos alunos. “a partir de critérios de competência, seriedade e compromisso” (In: Morais, 1994, p. 63).

O fato de discutir com os participantes o quê e como fazer, explicitando as regras de cuja elaboração as pessoas devam participar, não implica em perda de espontaneidade, pois todo jogo tem regras e como tal “ele cria ordem e é ordem” (Huizinga, 1996, p. 13).

De acordo com Marcellino, “...uma ordem muito mais eficaz porque aceita pelo grupo e elaborada conjuntamente” (In: Morais, 1994, p. 61).

Os professores em sala de aula, bem como os profissionais nos acampamentos de férias, devem atuar de modo a buscar o “jogo do saber” como forma de resgate do lúdico no dia-a-dia, caminhando para um “ponto de equilíbrio entre a disciplina e o prazer”, num “espaço de diálogo, de vivência e convivência” (Marcellino In: Morais, 1994, p. 70).

Assim, entendo que um acampamento de férias deve funcionar nos moldes propostos por Marcellino, em relação à “Pedagogia da Animação”, ou seja, funcionando como “centro de cultura popular” (1987, p. 147), em que sua tarefa educativa seria realizada em termos de conteúdo, forma, abrangência, espaço, elementos humanos e recursos materiais.

Relativamente ao conteúdo seria trabalhar, como explicitado anteriormente, intercalando períodos de não-atividade e períodos nas quais seriam oferecidos os seis conteúdos culturais do lazer, buscando-se a formação de um repertório para a criança, de modo que ela possa realizar uma escolha crítica e criativa.

Em termos de forma, se desenvolveria na atuação dos profissionais o estabelecimento de uma prática, de modo que, embasados pela teoria do lazer, possam refletir sobre o trabalho desenvolvido, respeitando as características das crianças com as quais trabalham.

Para se atingir a abrangência, como também explicitado páginas atrás, se trabalharia buscando a participação de todos - coordenadores, animadores e participantes - na discussão e elaboração das programações, bem como na criação de regras de convivência a serem utilizadas no acampamento.

Em termos de espaço, seria ultrapassar os limites do acampamento, levando a criança a conhecer o modo de vida rural, diferente da cidade onde vive, através de um contato maior com a cultura popular da região, bem como conhecer e entender as relações humanas desenvolvidas com a natureza em geral.

Quanto aos elementos humanos envolvidos, estes seriam compostos por um grupo de animadores sócio-culturais (Carvalho, 1977), de diversas áreas de formação, buscando-se a realização de um trabalho interdisciplinar.

No aspecto dos recursos materiais, se exploraria de modo equilibrado e sustentável os recursos naturais da região, tais como trilhas, cachoeiras, rios, procurando-se combinar a sua utilização com os recursos materiais industrializados, criando-se, assim, um espaço de convivência confortável e agradável, o qual manteria sua característica rústica, sem se transformar num espaço semelhante aos clubes de campos e parques de diversões encontrados nas cidades ou mesmo fora delas. Agindo

assim se estaria preservando a sua característica que é a de levar o participante a conhecer um modo de vida em contato com a natureza, diferente daquele da cidade.

Assim, a realização de um acampamento de férias, nos moldes da “Pedagogia da Animação”, teria como características básicas a opção na realização, a discussão e elaboração das atividades com todos os envolvidos, sendo que a programação poderia ser iniciada a partir de uma lista de sugestões elaborada pelos animadores, o que não implicaria que não fosse rejeitada quando da sua realização. Posteriormente a programação seria avaliada, em conjunto com os participantes, discutindo-se as razões da rejeição, como forma de se preparar as programações seguintes.

## **CAPÍTULO II**

### **OS ACAMPAMENTOS PAIOL GRANDE E SÍTIO DO CARROÇÃO:**

#### **DESCRIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Explicitada a concepção de lazer e suas categorias básicas de análise, utilizadas neste estudo, em suas relações com a cultura vivida da criança e o profissional de lazer, realizo neste segundo capítulo a descrição e a forma de funcionamento dos equipamentos de lazer escolhidos para a pesquisa empírica por critérios de representatividade e acessibilidade - Acampamentos Paiol Grande e Sítio do Carroção- através da pesquisa documental e análise do material coletado na pesquisa de campo.

Em relação a pesquisa documental, é importante destacar a dificuldade encontrada para reunir documentos. O Acampamento Sítio do Carroção não conta com documentação e, por isso, a pesquisa documental somente foi realizada no Acampamento Paiol Grande. Ela se deu através da análise dos Anuários das temporadas de férias e do Manual do Conselheiro, documentos que determinam a filosofia de trabalho do local e a ação dos animadores sócio-culturais.

A mesma dificuldade foi encontrada em relação a documentos que relatassem o início da atividade “Acampamento de Férias” no país, além do seu crescimento. Embora reconhecendo a importância dessas questões, deixo uma possibilidade aberta para a realização de outros trabalhos nesta área devido à dificuldade acima e também por não considerar a abordagem histórica de importância fundamental para os objetivos deste trabalho.

Conforme observado anteriormente, a pesquisa empírica foi realizada utilizando-se de dois instrumentos de coleta de dados: a observação participante, pressupondo observação direta e convívio com as pessoas a serem investigadas, e as entrevistas estruturadas (Bruyne, 1977), realizadas junto aos profissionais e participantes, para o aprofundamento da questão.

Tanto a observação participante quanto as entrevistas foram realizadas através das categorias iniciais de análise apresentadas a seguir:

1- A atuação do profissional de lazer como mediador entre o acampamento e suas possibilidades de lazer e a cultura que a criança traz consigo. Com isto busca-se saber até que ponto a atuação do profissional pode trazer implicações para o lazer dos participantes, atuando como educador ou mero executor de atividades, analisando as funções do lazer associadas ao trabalho desenvolvido na busca do equilíbrio entre elas, entendidas como descanso, divertimento e, principalmente desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido pretendeu-se verificar se os acampamentos analisados têm cumprido o seu papel de equipamentos específicos de lazer, privilegiando a vivência do elemento lúdico da cultura para a faixa etária da criança ou, ao contrário, têm contribuído para o furto deste elemento, através da imposição, interferência, direcionamento na atuação do profissional de lazer.

2- Análise da forma como se dá o estabelecimento das regras de convivência utilizadas nos locais de pesquisa, situação diretamente ligada à questão anterior e de grande importância devido às próprias características relacionadas ao espaço acampamentos de férias, uma vez que todo o seu desenvolvimento é realizado através de atividades coletivas, podendo a forma de atuação descaracterizar por completo o local enquanto um espaço de lazer.

3- O conhecimento da teoria do lazer e a coerência entre o discurso e a prática efetiva na atuação do profissional, situação analisada nos locais pesquisados, de acordo com as relações existentes entre as instituições e profissionais, a partir dos objetivos determinados pelas instituições para os trabalhos desenvolvidos.

4- Análise dos conteúdos culturais do lazer , classificação realizada por Dumazedier (1980a) e caracterizada por um rol de atividades, bem como a análise das categorias de gêneros e níveis, realizadas pelo mesmo autor (1980b). Procuo, assim, verificar como são desenvolvidas as categorias, anteriormente referidas, no trabalho desenvolvido, ou seja, quais são as opções de lazer oferecidas, tanto nos gêneros da

prática, conhecimento e fruição, a fim de que os participantes tenham a possibilidade de passar do nível conformista para o crítico e criativo.

Em relação às entrevistas com os profissionais, procurei saber:

- 1- Como foi o ingresso no grupo;
- 2- Qual a função e como é a atuação do profissional no acampamento;
- 3- Como se dá a participação do profissional na elaboração da programação de lazer;
- 4- Qual é o entendimento do profissional sobre o acampamento de férias enquanto um espaço de lazer.

As entrevistas junto aos participantes tiveram como objetivo complementar as informações a respeito da atuação dos profissionais. Neste sentido, as perguntas estão ligadas à participação da criança e ao seu relacionamento com os profissionais, de modo a conhecer:

- 1- Os motivos que levaram as crianças a ir para o acampamento;
- 2- Qual é a frequência com que o participante vai ao acampamento e em que períodos, além das férias;
- 3- Os motivos da participação ou não em todas as atividades do local;
- 4- Se a participação é feita em grupo ou individualmente;
- 5- A existência ou não de obrigatoriedade na realização das atividades;
- 6- Como o participante define o seu convívio com os profissionais;
- 7- Se o participante se sente vigiado ou não no acampamento, e em caso afirmativo por parte de quem.

Feitas estas considerações, passo, agora, à análise dos documentos e dados relativos ao Acampamento Paiol Grande.

## 2.1.-O ACAMPAMENTO PAIOL GRANDE

### a) A pesquisa documental

Segundo dados constantes dos seus Anuários, em 23 de setembro de 1946, Luiz Dumont Villares e um grupo de pessoas “interessadas e preocupadas com o futuro da juventude brasileira” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1990, p. 7) criam no país, após experiências com acampamentos na Europa e Estados Unidos, a sociedade civil sem fins lucrativos Acampamento Técnico Educacional Paiol Grande, na zona rural de São Bento do Sapucaí, interior do Estado de São Paulo.

Presidida por Luiz Dumont Villares, a sociedade inicia em 1947 a construção das primeiras instalações do acampamento com a contribuição de 180 pessoas e firmas, além de um vultoso empréstimo, numa área de 12 hectares. A primeira temporada foi realizada em janeiro e fevereiro de 1948 com cerca de 70 rapazes entre 10 e 16 anos (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1990).

O acampamento tinha como finalidade:

“proporcionar um espaço de convivência sadia e alegre para jovens, onde a camaradagem e o lazer, num contexto fraterno de direitos e deveres, estimulam uma vivência feliz, no meio de uma natureza privilegiada da Serra da Mantiqueira” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, p. 5).

Com o passar dos anos e sob responsabilidade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada, o acampamento sofre mudanças. Em 1960 passa de Associação Civil para Fundação Acampamento Paiol Grande. Em 1986, após a saída da Congregação Religiosa, o acampamento passa a ser dirigido por um Conselho Superior, órgão soberano formado por 30 membros, 5 dos quais compoem a diretoria. A realização das

temporadas é responsabilidade de um Colegiado, apoiado por conselheiros, monitores e funcionários (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

O estatuto atual diz que

“a finalidade da Fundação é criar e manter estabelecimento de educação, formação e recreio para crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, raça ou religião” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, p. 6).

Para tanto o acampamento dispõe de treze chalés com capacidade total para 250 pessoas, além de instalações para o lazer tais como: ginásio coberto com duas quadras e ringue de patinação; salão de jogos com mesas de pebolim, botão, sinuca e tênis de mesa; stand de arco e flecha; teatro e discoteca; campo de futebol; quadra de tênis; paredão; quadra de vôlei; quadra de basquete; quadra de futebol de salão; pista de cross country; cancha de bocha; estúdio de filmagem; laboratório fotográfico; parede de alpinismo; estufa para plantio; horta; animais; lago para pescaria e barcos; piscina semi-olímpica; cama elástica e speero-ball (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

As temporadas de férias são realizadas no verão e no inverno (em ambas há períodos mistos e períodos femininos) com crianças de 07 a 15 anos de idade. No decorrer do ano o acampamento realiza também temporadas para colégios, famílias, lideranças comunitárias, retiros espirituais, entre outros grupos.

O Colegiado, responsável pelas temporadas, é formado por 2 equipes: 1) **equipe de programação** composta por quatro coordenadores (esporte, cultura, lazer e centro cultural), assistentes de programação, enfermeiras e guias de excursão; 2) **equipe de administração** que assiste ao grupo de secretaria, cozinha e manutenção (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

A instituição trabalha visando o lazer e a educação de crianças, jovens e adultos, estando a educação, voltada para os valores democráticos de igualdade e solidariedade. Ambos estão baseados no espírito ecumênico (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

O ponto de referência, a partir do qual o Paiol Grande realiza seu trabalho é a inter-relação entre as várias instâncias, grupos e pessoas que participam das temporadas as quais ao mesmo tempo que influem, são influenciadas, de modo a definir e identificar o trabalho realizado, qual seja a busca do bem comum (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

O acampamento propõe uma mudança de mentalidade individual e institucional, como forma de conseguir uma mudança do sistema social marcado pela desigualdade social, injustiça, fome, entre outros problemas. De acordo com os documentos, esses problemas originam-se pelo egoísmo, individualismo de pessoas ou de instituições que detêm o poder econômico. A busca de uma nova sociedade, marcada pela justiça e fraternidade para todos, é o objetivo do trabalho realizado (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Percebe-se na análise dos documentos uma visão dualista de sociedade, marcada não pela inter-relação, mas pela oposição entre a vida no Paiol Grande (o bem) e a vida fora do Paiol Grande (o mal). Esta visão é referida tanto em depoimentos de coordenadores e conselheiros, quanto naqueles de participantes.

A esse respeito uma conselheira afirma:

“O espírito do Paiol influencia a vida dos paioleiros que passam para seus familiares, seus colegas de classe e para o grupo que o (sic) cerca, fazendo com que seja espalhada essa maneira boa de viver: procurar se relacionar com mais amabilidade, ser capaz de modificar a sociedade,

torná-la mais fraterna e justa” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1995, p. 29).

Para alcançar a mudança na mentalidade dos indivíduos e instituições com as quais se relaciona, o acampamento se utiliza do processo educativo no seu trabalho. Ou seja, utiliza como meios e instrumentos o lazer, a cultura, os esportes, as excursões, aliados a valores como respeito mútuo, grupalização, convivência partilhada e valores espirituais, procurando proporcionar férias inesquecíveis em um ambiente livre, sem imposições, numa relação espontânea entre coordenadores, conselheiros e participantes, em um espaço de natureza maravilhosa (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

O esporte, enquanto uma das áreas de atividades, tem uma dimensão diferente da tradicional: a competição, como possibilidade de ganhar uma partida ou um campeonato é apenas uma parte da experiência integral do indivíduo. O importante é a participação junto com o grupo, sem a exigência de saber jogar bem, porém com garra, alegria, integrando os valores citados acima (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992).

A cultura é entendida de forma ampla, ou seja, como

“complexo dos padrões de comportamento, de crenças, das instituições e valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente, e das características de uma sociedade” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992, p. 21).

Na área da cultura são realizadas atividades abrangendo teatro, ateliê, música, fotografia, jardinagem, festas juninas, visita a locais de interesse histórico, atividades relacionadas à natureza, entre outras (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992).

A excursão, além da aventura, proporcionada pelos passeios a locais como a Pedra do Baú, Ana Chata, cavernas, cachoeiras e outros, permite contatos com a

natureza e um forte convívio entre os participantes, possibilitando o surgimento de uma independência responsável através das atividades realizadas em grupo (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992).

Complementando as áreas de atividades, o Paiol Grande utiliza o lazer de modo livre. Para o acampamento “é uma mistura delicada de liberdade com um mínimo de orientação. A opção é sempre pessoal, embora as atividades escolhidas geralmente envolvem (sic) companheiros” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992, p. 25). Os dirigentes do acampamento acreditam que a liberdade de organizar o tempo de lazer, aproveitando coisas novas ou conhecidas, é fundamental para o crescimento integral do participante na sua experiência de acampamento. Oferecido como um leque de atividades opcionais, atraentes e divertidas, pode-se fazer na área do lazer um pouco de tudo, sempre com acompanhamento de conselheiros preparados. É possível realizar atividades como cama elástica, tobogã, natação, equitação, arco e flecha, tênis de mesa, canoagem, entre outras mais (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1992).

Percebe-se, portanto, a possibilidade de realização de uma variedade muito ampla de atividades no acampamento, abrangendo os seis conteúdos do lazer. Destaca-se ainda no discurso, a possibilidade de escolha na realização da atividade, “categorias” analisadas no primeiro capítulo. No entanto, entendo que o acampamento realiza uma grande confusão conceitual quando afirma que utiliza os conceitos de cultura, lazer, esportes e excursão como áreas de atividades no seu trabalho educativo. Isso porque elas são definidas como áreas de atuação diferentes. Considero que estes conceitos na realidade, se inter-relacionam enquanto área de intervenção humana, conteúdos desta área e especificidades destes conteúdos.

Assim, se a cultura é entendida em seu sentido amplo, entendimento explicitado anteriormente, o lazer também é cultura e dela faz parte. Atuar com o lazer significa estar atuando no plano cultural pois o lazer é um elemento da cultura (Marcellino 1987). A mesma relação pode ser feita entre o lazer, o esporte e a excursão. O esporte deve ser

entendido como um dos conteúdos culturais do lazer (físico-esportivos) e a excursão como uma especificidade de outro conteúdo do lazer (turísticos), constituindo-se ambos como áreas de atuação no interior do lazer.

Para evitar equívocos como os apontados acima, seria melhor trabalhar baseado na classificação por conteúdo, gêneros e níveis do lazer, entendido este enquanto elemento da cultura, o qual busca mudanças tanto de ordem moral quanto cultural (Marcellino, 1987). Configura-se, assim, na análise dos documentos do Acampamento Paiol Grande, a visão parcial e limitada do lazer, o que, segundo o autor acima, contribui para o estabelecimento de mal-entendidos nas discussões quando tomado isoladamente ou relacionado a outros objetos de análise.

A mesma confusão pode ser verificada no quadro chamado “Paiol Hoje” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1995, p. 21) no qual conteúdos, especificidades de conteúdos, funções e valores do lazer são relacionados enquanto atividades realizadas para alcançar a cidadania.

Outra visão parcial é verificada quando o lazer é relacionado à educação. Entendo que o Paiol Grande, talvez por desconhecimento dos estudos relativos à Teoria do Lazer, não considera o lazer enquanto veículo e objeto de educação, conferindo a esta uma posição de destaque em relação ao lazer, como se pode observar nas afirmações abaixo:

“... temos que lembrar que a proposta do Paiol não é apenas lúdica, ou seja, realizar momentos alegres durante dez dias para jovens, de sua maioria de classe média e alta. Antes de tudo, o Paiol está preocupado com a formação desta juventude. Com a certeza de que o amanhã em nosso país irá depender de vários destes jovens Paioleiros” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, p. 23).

Ou ainda

“Na verdade pode parecer que o Paiol se traduz em recreação e lazer, mas não é só isso. Na verdade, em todas as atividades é trabalhado o lado educativo, onde eles são tratados como pessoas que são, com dignidade e capacidade, tendo a oportunidade de exercitar a participação grupal com seus limites e obrigações” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1995, p. 98).

Em relação aos conselheiros, nome utilizado no local para designar o que no meu entendimento seriam os animadores sócio-culturais, numa temporada de férias, trabalham uma média de 20 pessoas que são responsáveis pelo contato direto com os participantes, 24 horas por dia, preparando e acompanhando toda a programação (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1990).

Escolhido após um período de treinamentos, o conselheiro deve se preocupar em ser uma presença sadia, procurando sempre o diálogo numa relação de amizade. Sua postura deve se basear na integração com o grupo. De acordo com o acampamento, problemas pessoais, preconceitos e preferências não devem ser trazidos na bagagem, pois acabam prejudicando tanto a pessoa, quanto a temporada (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Concordo com a posição do acampamento quanto ao afastamento de problemáticas pessoais no cotidiano do trabalho desenvolvido, apesar das dificuldades relativas à questão dos profissionais. Os riscos advindos da atuação dos profissionais de lazer, bem como da inter-relação entre as várias áreas de atuação humana, acabam por influenciar o desencadeamento de problemas de ordem pessoal. Neste sentido, para o acampamento, o conselheiro deve ter o interesse em participar e conhecer, um pouco, todas as atividades desenvolvidas para que a qualquer momento esteja apto, a pelo menos, acompanhar o seu andamento (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).



Como qualidades do conselheiro destacam-se a

“criatividade, dinamismo, interesse, pontualidade, capacidade de improviso em situações delicadas, BOM SENSO, jogo de cintura para o acompanhamento de crianças saudosas, buscando sempre ‘dicas’ para que a sua temporada possa ser mais produtiva...” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, p. 14).

Comportamentos indesejáveis tais como brincadeiras de mau gosto, palavrões, apelidos humilhantes, entre outros, devem ser evitados, pois causam má impressão e até perda de respeito junto aos participantes (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Entre suas principais tarefas, cada conselheiro deve agir em dois níveis: o pessoal e o coletivo. Em relação ao pessoal deve procurar conhecer, o mais breve possível, as particularidades dos participantes de seu chalé, através da leitura das fichas confidenciais de cada um, preenchidas pelos pais no momento da inscrição para a temporada, de modo que em seu decorrer possa realizar um acompanhamento em questões como saúde, alimentação, integração, saudades de casa (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997). No coletivo tem como tarefas realizar as atividades planejadas para os horários programados e livres. Nos horários livres pode desempenhar, também, a função de conselheiro de integração, procurando acompanhar as atividades para “descobrir aqueles que ficam mais dispersos, incentivando-os à prática de qualquer atividade, para que todos se sintam importantes e valorizados” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, p. 15).

Devem, ainda, participar da reunião diária entre coordenadores e conselheiros, a fim de avaliar e analisar o desenvolvimento da temporada, preparando a equipe para evitar que ocorram problemas. Baseados em um roteiro de avaliação entregue ao final da temporada, os conselheiros devem preparar e preencher um relatório de avaliação final,

destacando os pontos positivos e negativos (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Responsável pelos participantes desde a saída do grupo do ponto combinado até o momento do retorno ao mesmo local, o trabalho do profissional se inicia muito antes da chegada ao local de trabalho propriamente dito. No acampamento pesquisado o conselheiro inicia suas funções no momento do embarque, devendo dedicar sua atenção a pais e participantes no sentido de organizá-los nos ônibus, bem como acomodar suas malas. Ainda, durante a viagem, devem ficar espalhados no interior dos ônibus conversando, cantando e brincando, num primeiro contato com os participantes (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Assim como na realização das atividades pelas crianças e adolescentes é enfatizada a importância da participação em grupo e da integração, o trabalho de planejamento da programação é feito, também, em conjunto pela equipe de conselheiros.

Nos dois primeiros dias da temporada a programação é criada por coordenadores e conselheiros durante o período de treinamento destes últimos. Nesse treinamento também são detalhadas as excursões a serem realizadas, feita uma listagem de sugestões de gincanas e programações noturnas, além das tarefas específicas de cada membro da equipe. Nos demais dias da temporada, o planejamento ocorre através de uma reunião diária na qual a programação é analisada e avaliada.

O acampamento destaca a importância de se procurar sempre envolver os participantes na programação, incluindo sugestões e novas idéias, através de uma sondagem da programação junto aos mesmos. Os documentos analisados destacam, também, a importância de se manter o participante sempre informado, como meio de proporcionar conhecimento e estímulo, objetivando a participação nas atividades propostas (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997). E, efetivamente, a informação é muito importante para que haja a participação.

Para o acampamento, a atuação dos coordenadores e conselheiros, acompanhando o planejamento e desenvolvimento das atividades esportivas, culturais, excursões e convivências, além do acompanhamento psicológico e emocional, tem como propósito

“a busca constante dos objetivos propostos que se realizam da seguinte forma:

- 1) atender as expectativas dos paioleiros;
- 2) elaborar as atividades visando as crianças;
- 3) possibilidade de avaliar o comportamento dos paioleiros;
- 4) melhorar a distribuição dos trabalhos;
- 5) possibilitar melhor trabalho em conjunto” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997, pp. 21-22).

Em relação às regras de convivência e organização, estas são, de acordo com os documentos, estabelecidas em cada chalé, num primeiro “bate-papo” chamado lual, que ocorre entre conselheiros e participantes. Nesse lual são feitas as apresentações, discutidas questões como limpeza do chalé, participação nas atividades, sistema de lavanderia, respeito nos momentos de aviso, cuidados com objetos pessoais e comunitários, entre outras questões (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Segundo o “Manual do Conselheiro” (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997), o sucesso da temporada depende muito dessa atividade, pois é nela que serão estabelecidas as dinâmicas a serem utilizadas em situações adversas (o documento cita como exemplo a pessoa que não quer participar da atividade ou que gosta de chamar atenção). Neste sentido, o conselheiro deve ter o cuidado para não se contradizer ou se apresentar de forma que pareça ser o dono da verdade. Para o acampamento, ele deve ser simpático, porém firme em suas colocações e ponderado quando tiver que arbitrar. O manual recomenda, ainda, que o lual não seja longo para que não perca seus objetivos e se torne monótono.

Pela análise documental percebe-se que algumas destas regras já estão estabelecidas, pois nos documentos já são encontradas algumas atividades para as quais os participantes deverão se organizar para o seu cumprimento.

As regras, a que me refiro acima, dizem respeito à alvorada e arrumação do chalé. Algumas delas dizem que: ao toque da alvorada, deverão ouvir a meditação e dirigir-se para a varanda, para o bom dia; cada chalé deverá criar uma canção ou uma mensagem e apresentá-la como bom dia para os demais chalés; cada participante é responsável pela arrumação de sua cama e de seus pertences, além de todos os participantes se dividirem em grupos para a limpeza do chalé; devem pendurar toalhas e roupas molhadas nos varais fora do chalé, entre outras regras. Tudo isto é avaliado pelos conselheiros, através de uma inspeção, em que os critérios mais relevantes são a cooperação e a participação do grupo na arrumação do chalé (Fundação Acampamento Paiol Grande, 1997).

Neste sentido, o que parece, é que muito mais do que estabelecer as regras, os participantes desta reunião tomam conhecimento de algumas delas, de modo a se organizarem em grupos, nas quais todos devam participar na realização das tarefas determinadas.

Os dados da pesquisa empírica, no Acampamento Paiol Grande foram coletados através das entrevistas estruturadas, realizadas com os profissionais e participantes do local, bem como através da observação participante, que procurou detectar de que forma o discurso dos entrevistados era vivenciado no dia-a-dia, a fim de encontrar elementos para uma análise da atuação profissional nos acampamentos de férias e suas possíveis implicações no lazer dos participantes.

## b) A pesquisa de campo

Analisando o material coletado nas entrevistas, junto aos profissionais, percebe-se uma grande identificação com a filosofia de trabalho do local, a qual influencia e determina o modo de atuação dos profissionais de lazer.

Desse modo, em relação às perguntas, grande parte das respostas vem confirmar a análise documental realizada e explicitada anteriormente, embora, a respeito do trabalho desenvolvido, apareçam críticas e discordâncias nas respostas dos entrevistados, confirmadas através da observação participante, observação a ser esclarecida na medida em que o material coletado for sendo apresentado.

Assim, conhecendo o acampamento principalmente através de amigos, de pessoas ligadas ao Paiol Grande ou por contatos com o local onde trabalhava, o ingresso do profissional no grupo pode acontecer de duas maneiras distintas: através de um estágio não remunerado com uma escola, realizado em finais de semanas, no qual o profissional é avaliado em seu trabalho para uma posterior continuidade ou não, ou através de um treinamento composto por várias fases.

Nesse treinamento, as fases iniciais são dirigidas apenas aos interessados em ingressar no grupo. A filosofia de trabalho do local e as atribuições que a função requer são abordadas e discutidas através de entrevista oral e escrita, reuniões e um treinamento no acampamento. Após essas fases são selecionados os candidatos necessários, os quais são convocados para mais um período de treinamentos no acampamento. Este período contará também com a participação dos conselheiros veteranos. Esta é a última fase e nela, novamente, são discutidas questões sobre a filosofia de trabalho e realizadas algumas atividades. A permanência no local contribui para que ocorra um entrosamento entre veteranos e novatos, de modo a ajustar e facilitar o relacionamento da equipe que trabalhará na temporada de férias.

A participação nos treinamentos, ocorridos antes das temporadas, é a principal condição para participar do período de férias, mesmo para os conselheiros veteranos que anteriormente já tenham passado por essa experiência, o que evidencia a grande identificação do profissional com o trabalho desenvolvido, haja visto que a seleção deste profissional é baseada num intensivo processo de internalização e aceitação da filosofia do local.

Os profissionais que participam da temporada no acampamento Paiol Grande são divididos em coordenadores e conselheiros, totalizando aproximadamente 20 pessoas, sendo suas atuações diferenciadas, de acordo com a função.

Conforme citado na pesquisa documental, a função de coordenação é composta por 4 coordenadores divididos pelas áreas esportiva, cultural, recreativa e centro cultural, auxiliados por um assistente geral de recreação. Observa-se, na forma de atuação do acampamento, a mesma confusão conceitual discutida anteriormente. Há a divisão das áreas de atuação entre os coordenadores, sem se levar em conta que o esporte e a recreação também são áreas da cultura, além daquele poder ser praticado de forma recreativa. Além disso, nota-se também que a divisão em coordenações não se dá pelas áreas anteriormente descritas: cultura, esportes, lazer e excursões.

Em relação à atuação dos coordenadores, ela se dá com atribuições individuais dentro de cada área específica e atribuições em grupo realizadas antes, durante e depois das temporadas.

Individualmente cada coordenador deve organizar sua área de atuação, preparando os materiais necessários para a realização das atividades, organizando os conselheiros que ficarão responsáveis pela condução das atividades dentro de sua respectiva área, planejando atividades novas que ficarão como opção ao planejamento realizado pelos conselheiros, além da organização de atividades específicas de cada área, como, por exemplo, a organização das “Paiolíadas” pela coordenação esportiva.

Somente a coordenação de recreação tem um auxiliar. Este é responsável pela organização dos jogos a serem realizados, providenciando o material necessário e explicando a montagem e a realização dos mesmos para o conselheiro, caso este não os conheça. Além disto, o auxiliar acumula as funções de organizar o laboratório fotográfico, as excursões e o trabalho ecumênico.

Nas atribuições do grupo de coordenadores, antes das temporadas, além dos treinamentos realizados para a seleção dos conselheiros, estão incluídas a participação em reuniões semanais da equipe de programação e de reuniões da administração geral; atuação como relações públicas, fazendo visitas a colégios para realização de reuniões com pais, professores e alunos cujo objetivo é agendar a ida do colégio ao acampamento num final de semana.

Durante as temporadas os coordenadores participam das reuniões de elaboração e avaliação da programação com os conselheiros, definindo em grupo, através de sugestões e críticas, a programação diária da temporada. Na realização das atividades procuram não participar ativamente, priorizando observar seu desenvolvimento para posterior avaliação na reunião seguinte.

Em cada temporada de férias a coordenação geral é desenvolvida por um dos coordenadores que, além do desenvolvimento da programação, deve estar atento ao andamento de outros aspectos, tais como: a atuação dos conselheiros; o refeitório; a alimentação; possíveis problemas nos chalés, não resolvidos pelos conselheiros; passar informes diários para os escritórios do acampamento, em São Paulo e no Rio de Janeiro, sobre o transcorrer da temporada, para que os pais interessados em notícias de seus filhos possam recebê-las.

Após o retorno dos participantes, o responsável pela organização geral deve organizar a pasta com a avaliação da coordenação, dos conselheiros, programação, informes, jornal, entre outras questões atinentes àquela temporada. Após o término, mas

em conjunto com os outros coordenadores, se responsabiliza seleção do material a ser enviado ao jornal do Paiol Grande.

Em relação à atuação dos conselheiros, esta acontece de acordo com o trabalho definido pelo Paiol Grande, o qual busca vivenciar a grupalização, a convivência, o respeito mútuo, utilizando o lazer como um meio para atingir fins educacionais. Segundo um dos entrevistados, é uma proposta que não se limita a transformar o acampamento educacional em um clube de lazer. Novamente aparece a visão utilitarista, restrita do lazer, que não o entende dentro de suas possibilidades educativas enquanto veículo e objeto de educação.

As frentes de trabalho dos conselheiros estão relacionadas ao coletivo e ao individual dos participantes, de modo a supervisionar desde as instalações até as crianças, preocupando-se com o bem estar delas em termos de segurança, saúde e direcionando-as a um estágio de independência na organização pessoal e relações com outras pessoas. Atuam procurando animar as atividades, incentivando a participação, porém procurando participar o menos possível, somente como forma de motivar as crianças, saindo depois da atividade para acompanhá-la do lado de fora. Buscam, através das atividades, alcançar a socialização como forma de garantir a união, a cooperação na realização das atividades sem exacerbar, portanto, a competitividade.

Quanto às regras do local, os conselheiros trabalham, de acordo com os relatos, privilegiando um espaço com liberdade para o diálogo, porém com limites e respeito. Acreditam que sua atuação se baseia em um educador e não num tutor de atividades, procurando, na medida do possível, sempre conversar com os outros conselheiros, de modo a trocar idéias e assim detectar possíveis problemas, desligando-se pessoalmente dos problemas do mundo fora do acampamento. Como é possível observar, são informações que já foram abordadas na análise documental.

Formada por profissionais e estudantes de várias áreas (Educação Física, Pedagogia, Psicologia, Artes, Ciências Biológicas, Publicidade, Enfermagem, Administração de Empresas e Engenharia de Minas), com idade superior a 21 anos, a equipe de conselheiros é responsável, juntamente com os coordenadores, pela elaboração das atividades da programação, conforme discurso dos entrevistados e também confirmado através da observação participante.

A elaboração ocorre através de reuniões diárias no período da tarde, nas quais todos os presentes têm a oportunidade de dar sugestões para preparar a programação. Dessas reuniões não participam todos os conselheiros, o que seria ideal, porque estão divididos em 4 grupos. Cada grupo fica responsável pela elaboração da programação de um dia da temporada, excetuando-se os dois primeiros dias que são planejados por todos durante o período de treinamento. Os grupos de conselheiros são formados de maneira multidisciplinar e essa divisão ocorre para facilitar a discussão e para evitar que as crianças fiquem sem o acompanhamento de algum conselheiro para garantir a segurança do local. Um dos coordenadores supervisiona a reunião discutindo objetivos, esclarecendo dúvidas, orientando os conselheiros na montagem da programação de acordo com as expectativas e animação dos participantes, condições climáticas, entre outros fatores. A programação pode ser toda criada pelo grupo ou apenas parcialmente, complementando determinados horários, pois algumas atividades são tradicionais e programadas com antecedência para determinados dias da temporada, ficando a critério do grupo de conselheiros a sua organização.

Preparada a programação referente ao dia seguinte, cabe ao grupo de conselheiros supervisionar o seu andamento, resolvendo possíveis problemas, terminando suas funções no final do dia com uma avaliação das atividades planejadas.

Apesar de toda a programação ser discutida e construída em grupo, as entrevistas revelam algumas críticas e sugestões relacionadas ao conteúdo e a forma de elaboração da programação.

Embora a experiência em grupo seja interessante porque possibilita que o conselheiro não fique apenas atuando de forma passiva, recebendo ordens, segundo relatos, considera-se que o tempo destinado para a elaboração da programação é curto, somente de uma hora, dificultando uma melhor discussão sobre o encaminhamento das atividades. Outra crítica presente diz respeito à repetição, temporada após temporada, de várias atividades, apesar do local ser aberto a novas sugestões.

Outra questão observada é a ocorrência de uma ligeira competição entre os conselheiros para saber quem elabora o melhor dia na visão dos participantes. Isto ocorre pelo fato das atividades mais tradicionais do acampamento serem muito solicitadas pelos participantes, o que acaba valorizando para estes o dia que essas atividades são realizadas, bem como o grupo de conselheiros que as programaram.

Além das questões acima, ficou nítido, através da observação, que as atividades são elaboradas e programadas para as crianças e não com as crianças, embora a coordenação afirme que sempre é feita uma sondagem das opiniões e sugestões dos participantes. Apenas em algumas atividades, como a Festa Junina, a preparação das “Paiolíadas” e a Noite dos Talentos, por exemplo, houve uma maior participação das crianças na preparação das atividades, participação realizada de acordo com as diretrizes elaboradas pelos conselheiros, através das tarefas propostas, sem uma discussão prévia, entre todos, de como poderiam ser organizadas tais atividades.

O entendimento do acampamento, enquanto espaço de lazer, revela, por parte dos profissionais, um desconhecimento em relação à Teoria do Lazer, aspecto importante na formação e suporte do profissional que atua na área.

As respostas pouco esclarecem em relação ao entendimento do lazer em seus conteúdos, valores, funções, aspecto educativo e papel do profissional que atua no espaço, o que demonstra uma visão restrita e abstrata da questão do lazer, reflexo da

estreita ligação com a filosofia de trabalho do acampamento discutida com os profissionais.

Assim sendo, os entrevistados entendem o local como um espaço que se diferencia dos demais devido ao trabalho educativo, uma vez que o acampamento Paiol Grande não se preocupa somente com o lazer, mas o utiliza buscando desenvolver valores como convivência em grupo, cooperação, sem a obrigação de cumprir normas rígidas iguais a da escola, por exemplo. Como anteriormente colocado, esta postura parece caracterizar uma instrumentalização do lazer e a sua desconsideração como elemento sócio-educativo.

O local é visto como um espaço amplo no oferecimento de possibilidades de atividades de lazer, diferente das possibilidades encontradas na cidade, oportunizando às crianças um crescimento pessoal e social através dos valores colocados acima.

Efetivamente existe uma ampla variedade de atividades oferecidas no espaço, mas o modo como a programação é desenvolvida acaba por restringir a possibilidade de opções das pessoas somente a um horário específico, chamado “horário livre”.

Isto acontece porque o Paiol Grande divide a programação das atividades em horário programado e horário **livre**. No primeiro horário uma única atividade é realizada nos períodos da manhã, tarde e noite. Esta atividade é preparada para todos os participantes, sem a divisão por faixas etárias. Para o acampamento é importante promover a integração de todos, o que provoca críticas por parte dos próprios conselheiros. Esta forma de atuação demonstra que com a realização de apenas uma atividade de lazer nos horários programados a opção, talvez a principal característica do lazer, não se efetiva.

Em relação ao horário livre, a situação se modifica, podendo a criança optar por realizar uma série de atividades, organizadas e orientadas pelos conselheiros. Porém,

aqui, aparece outra questão que diz respeito à legitimidade do conceito **livre** associado a este período de tempo reservado às atividades.

Entendo que o conceito **livre** é questionável. Primeiro, porque tempo algum é livre de normas de conduta social e coações (Marcellino, 1987) e, segundo, também pela própria observação do trabalho desenvolvido, pois as atividades não são todas oferecidas ao mesmo tempo, sendo que a opção ocorre somente entre as atividades que são definidas pela programação e que estiverem sendo orientadas pelos conselheiros no momento da realização. Além disso, o acampamento não permite que alguém fique sem participar de alguma atividade oferecida neste horário, nem permite, às crianças, permanecer nos quartos, como forma de evitar possíveis “perdas” de objetos pessoais.

Apesar do discurso encontrado na análise dos documentos evidenciar a não obrigatoriedade na realização das atividades, cotidianamente a situação verificada nas entrevistas e também na observação, demonstra claramente que ela existe, seja pela falta de opções de atividades no horário programado, seja pela atuação dos profissionais durante o dia-a-dia do acampamento.

Segundo os conselheiros, o acampamento deve ter uma regra diferente para que as crianças participem das atividades, cooperando com o grupo e com ela própria. As atividades não devem ser obrigatórias, porém deve-se usar um “convite” para participar, quase obrigando-as, sem que percebam. Para um dos coordenadores, devido à ampla possibilidade de atividades desenvolvidas, somente fica parado, sem nada fazer, quem assim escolher. Mas, segundo seu relato, isto o acampamento não deixa ocorrer, pois nos horários livres são designados conselheiros de integração que circulam pelo espaço, observando as crianças que estão dispersas “sem fazer nada” e tentam “estimulá-las” a participar.

Entendo que da forma acima os profissionais acabam, indiretamente ou inconscientemente, obrigando as crianças a participar das atividades. No caso do

“estímulo” não surtir o efeito esperado a criança deve, ao menos, acompanhar a atividade junto ao restante do grupo no local onde se realiza.

Ocorre, portanto, a obrigatoriedade na participação, camuflada por um discurso de liberdade que não se verifica na realidade. A possibilidade de opção pelo ócio, pelo nada fazer, é muito reduzida no espaço do acampamento.

Relatos dos conselheiros afirmam que, atualmente, a coordenação não privilegia a opção pelo ócio, questão contemplada, anteriormente, pelos antigos coordenadores.

Em alguns momentos da temporada, mais para o seu final, com o acúmulo de trabalho dos conselheiros e a designação de somente dois deles para a função de integração, pude perceber as crianças mais à vontade, sem estar realizando qualquer atividade com a presença dos conselheiros. Isto pôde ser notado num dos horários “livres” realizados em seguida à preparação da Festa Junina, no qual todos os conselheiros estavam ou preparando a festa, ou organizando as atividades do horário “livre” ou elaborando a programação do dia seguinte, restando, portanto, poucos para a função de integração.

No entanto, é importante destacar que a possibilidade de opção pelo “nada fazer” se deu, muito mais, devido às contingências da situação do que pelo estímulo do acampamento e dos conselheiros. Para ambos é muito importante a participação nas atividades em grupo ou, pelo menos, o seu acompanhamento como forma de se alcançar os objetivos propostos.

Além disso, é muito grande a preocupação com a segurança do participante haja visto a presença constante de todos em grupo, a proibição de permanecer sozinho nos quartos, a possibilidade de realizar uma atividade somente se esta estiver sendo orientada por um dos conselheiros, de modo que a todo momento as crianças devem estar em espaços onde possam ser visualizadas.

Nos relatos dos participantes fica clara a percepção das crianças, na forma como são vigiadas e “estimuladas” a participar, embora estas atitudes sejam realizadas de modo sutil por parte dos conselheiros. Mais adiante descreverei as entrevistas realizadas com os participantes, esclarecendo suas impressões a respeito do acampamento e das relações estabelecidas no local.

Os conselheiros também relatam que o acampamento enquanto espaço de lazer é um local privilegiado que propicia o contato com a natureza, o despertar da consciência ecológica, com atividades diferentes das realizadas na cidade, embora o desnivelamento do terreno dificulte o trabalho. Para eles é um espaço que proporciona à criança a vivência de sua faixa etária enquanto tal, sendo respeitada sem as cobranças que a sociedade costumeiramente faz no dia-a-dia, porém atribuindo-lhes responsabilidades, atitude que as próprias crianças apreciam.

Embora concorde com a caracterização do espaço como um excelente local para a vivência da criança enquanto faixa etária específica, mais uma vez observo uma contradição entre o discurso e a ação do profissional no espaço.

Primeiro, porque ficou claro que a liberdade que existe no local é uma liberdade vigiada, sendo a criança “estimulada” insistentemente a participar das atividades. Depois, porque na tentativa de promover a integração de todos o acampamento não faz a divisão das crianças em grupos por faixas etárias próximas. Realiza a mesma atividade para todos os participantes, exceções feitas às que exigem maior esforço físico, menosprezando a individualidade de cada um, desconsiderando, assim, uma das características básicas do lazer que é a possibilidade de opção. Outra questão que aparece é o desrespeito ao ritmo individual das diferentes idades, comprometendo o aproveitamento das atividades tanto para as crianças maiores quanto para as menores. Ignora-se a sua capacidade, sua idade emocional e sua fase de desenvolvimento, prejudicando, assim, a vivência de sua faixa etária.

Críticas em relação à não divisão dos participantes em grupos, de acordo com a faixa-etária, são verificadas nas entrevistas com os próprios profissionais. Sugestões são colocadas no sentido de separar as crianças menores das crianças maiores para que participem das atividades ocorridas nos horários livres em grupos de idades semelhantes.

Decorrida metade da temporada observada, após algumas sugestões colocadas por um dos grupos de conselheiros responsáveis pela elaboração da programação, a forma de desenvolvimento dos jogos e brincadeiras mudou. Ao contrário da realização de atividades para todos, os participantes foram divididos em dois grupos, com atividades sendo organizadas, separadamente, para as crianças menores e crianças maiores. Considero importante a divisão das crianças dentro de faixas de idades semelhantes, mas mais importante ainda é o acampamento ter a percepção suficiente para direcionar as atividades para esses grupos, realizando através das atividades, ora a integração de todos, ora a vivência por faixas etárias separadamente.

Para os conselheiros, embora o local seja privilegiado em termos de espaço, pela ampla possibilidade de realização de atividades, pelo contato com a natureza, pela oportunidade de conviver em grupo, é necessário que ocorra uma valorização do profissional que trabalha no acampamento, num mesmo patamar que o espaço físico e seus recursos materiais. Para eles exige-se a presença de uma equipe criativa, de modo a explorar as possibilidades do local, conquistando a participação das crianças, posição que reforça o discurso encontrado nos documentos do acampamento. Concordo com esta posição de se dar a importância ao animador sócio-cultural e a análise dos riscos de sua atuação como forma de se garantir a ação no lazer não apenas nas funções de descanso e divertimento, mas sobretudo de desenvolvimento, dentro dos 6 conteúdos do lazer, nos 3 gêneros, buscando uma ultrapassagem de níveis.

E de acordo com a análise do papel do animador sócio-cultural é importante, também, frisar que este profissional precisa conhecer não apenas o conteúdo mas as crianças com as quais este vai ser desenvolvido, sua cultura, suas necessidades,

adequando os diversos conteúdos às diferentes faixas etárias e suas características, possibilitando a participação individual ou em grupo, respeitando as principais características do lazer, ou seja, o seu caráter “desinteressado” e a possibilidade de opção pela atividade, seja ela prática ou contemplativa.

Somente atuando como mediador entre o acampamento, suas possibilidades de conteúdos, as crianças e sua bagagem cultural é que entendo a possibilidade da criança ser respeitada e privilegiada na vivência de sua faixa etária pela ação do profissional do lazer.

Outra questão observada na pesquisa de campo e que revela uma certa discrepância entre o discurso analisado e a ação efetiva, diz respeito à realização do esporte enfatizando a importância da participação e não da competição. Percebo que essa discrepância ocorre no momento da temporada em que o acampamento realiza uma grande competição chamada “Paiolíadas” e que tem, justamente, como referência as Olimpíadas, símbolo dos esportes normatizados e competitivos, reflexo da sociedade em que hoje vivemos. E a mesma sociedade que o Paiol Grande se propõe a alterar a partir de uma mudança de mentalidade individual e institucional.

Entendo que, se por um lado, o acampamento não enfatiza o aspecto competitivo na realização das atividades em seu discurso, por outro, na ação reforça e dá importância a essa questão quando reproduz no local situações próprias de um evento olímpico tais como: desfile de equipes; hasteamento das bandeiras - olímpica, brasileira e do acampamento - ao som do hino nacional; juramento do atleta; entrada da tocha e acendimento da pira olímpica; premiação para os participantes. Esta premiação, inclusive, gerou descontentamento naqueles que receberam diplomas de participação e não medalhas, como as recebidas pelos primeiros colocados.

A competitividade verificada nas atividades acontece, também, na arrumação do chalé, através de uma inspeção diária, para avaliar o melhor deles, de acordo com

critérios de cooperação e participação do grupo. Ao final da temporada o melhor chalé recebe um prêmio na última noite do acampamento.

Complementando os dados coletados, junto aos profissionais, é importante descrever as opiniões, comportamentos e críticas dos participantes em relação ao acampamento e ao trabalho desenvolvido no local.

Neste sentido, a escolha do local para acampar, no período de férias é feita, geralmente, pelo participante, havendo grande influência por parte de familiares e amigos, que estiveram no acampamento em outras ocasiões e despertam o interesse da criança através de relatos. A participação em grupo junto com essas pessoas também influencia a escolha do local. A possibilidade de ficar o período de férias em casa sem nada fazer, o fato de ficar sem as amigas que iriam para o acampamento também são alguns dos motivos citados nas entrevistas.

O retorno de pessoas que participaram em outras ocasiões e gostaram do local é grande. A escolha representa uma possibilidade de reencontro com amizades criadas anteriormente, configurando o acampamento como um ponto de encontro de pessoas vindas de várias partes do país. É prática, segundo relato, amigos combinarem por telefone para se encontrarem nas temporadas.

Entre os que já participaram em outras ocasiões, a presença no local sempre na mesma época do ano - férias escolares de julho - evidencia a existência de um público específico em cada uma das épocas do ano - janeiro e julho -, talvez, devido principalmente ao círculo de amizades próprio a cada um desses períodos.

A formação desses grupos de participantes se dá, principalmente, entre companheiros da escola. Há vários casos de crianças que também já participaram de excursões da escola para o acampamento, fora do período de férias escolares, incluídas no calendário como atividade extra-escolar. Isto demonstra a importância do trabalho

desenvolvido junto a essas instituições como forma de conquistar e promover o retorno através da satisfação provocada, tanto em relação à criança, quanto em relação à escola, durante o ano letivo.

Também há participantes que preferem ir para o local sem a presença de muitos amigos, justamente como forma de criar novas amizades, o que, segundo eles, torna as temporadas diferentes umas das outras. Isto motiva o retorno.

Em relação às atividades propostas pelo acampamento, as respostas demonstram uma ampla participação das crianças por vários motivos. De acordo com os relatos, além das atividades serem divertidas e possibilitarem novas amizades, muitas das quais não seriam possíveis de serem realizadas na cidade, privilégio encontrado no local pelo contato com a natureza e pela liberdade. Mesmo questionável essa liberdade é maior que nas cidades.

Os participantes acreditam que não há sentido em estar no local se não for para participar das atividades. Portanto, devem entrar no espírito do acampamento. Além disso, entendem que os conselheiros estão trabalhando para que todos gostem do local e se as atividades são propostas é porque têm algo de bom, possibilitando um aprendizado que os ajudará em outras questões no futuro. Discurso muito parecido ao realizado pelos conselheiros.

Perguntados sobre a obrigatoriedade na realização das atividades, a maioria dos participantes, não se sente obrigada a realizá-las, embora esta obrigatoriedade ocorra e seja notada por alguns.

Entre aqueles que não se sentem obrigados, a participação é espontânea. Além dos motivos já citados, referem que os conselheiros estão sempre animando e há espaço para conversar com eles e mudar a atividade. Concordo com a possibilidade dos participantes estarem opinando em relação às atividades, porém é certo que há uma

constante insistência, por parte dos conselheiros, para que as crianças realizem as atividades propostas. E isto ocorre de maneira sutil, embora, não passe despercebida para todos os participantes. Segundo estes, a obrigatoriedade aparece tanto nas atividades de lazer quanto nas atividades de arrumação do chalé. Além disso, o discurso apontando que sempre haverá algo de bom para o futuro, é um dos fundamentos da dominação da sociedade para com suas crianças. Neste sentido, não está de acordo com uma proposta que pretende questionar a sociedade na qual elas estão inseridas.

Nas atividades de lazer a falta de opções de escolha nos horários programados acaba condicionando a participação das pessoas nas atividades, pois se alguém não quiser participar nada haverá para fazer, devido ao fato de somente uma atividade estar sendo realizada naquele momento. Como o acampamento não permite a permanência no quarto durante as atividades, diante da possibilidade de ficarem sozinhas, acontece a participação das crianças. Quando estas, mesmo assim, resolvem não participar acabam convencidas pelos conselheiros que insistem que não fiquem sozinhas, ou para que não prejudiquem a equipe na atividade.

Apesar de toda a pressão por parte dos conselheiros, um dos participantes revelou que é fácil burlar a obrigatoriedade, o que mostra a possível resistência das crianças em relação a este problema. Segundo o relato, em último caso basta ir para a enfermaria e dizer que não está se sentindo bem. É a senha para escapar da atividade.

Esse expediente, como pude observar depois, é utilizado por várias crianças, em geral sempre um mesmo grupo delas. Ele ocorre, principalmente em atividades que exigiam correr pelo acampamento, cuja dificuldade está relacionada ao desnivelamento do terreno. Na enfermaria foi comum encontrar esses grupos sentados, conversando entre si ou com as enfermeiras, sem qualquer problema aparentemente maior que os impedissem de participar das atividades.

Nas atividades de arrumação do chalé a obrigação se faz presente, também, para alguns dos entrevistados e, principalmente, para aqueles que não se sentem obrigados em relação às atividades de lazer. Para eles há uma grande cobrança nestas atividades por parte dos próprios participantes e também dos conselheiros, uma vez que se não houver cooperação o chalé pode perder pontos e deixar escapar o prêmio de melhor chalé, atribuído na última noite da temporada. Tanto nas atividades de arrumação quanto nas de lazer aparece um fator externo (um prêmio final) como forma de incentivar a criança, haja visto que a não participação pode acarretar perda de pontos para as equipes. É a competição aparecendo também aqui e a sua relação com o caráter desinteressado do lazer.

Outra questão que aparece com grande destaque, nos relatos dos participantes é o sentimento de estarem sendo vigiados pelos conselheiros em todos os lugares do acampamento, durante o desenvolvimento da programação diária, principalmente nas atividades noturnas.

Apesar do bom convívio com os conselheiros a vigilância ocorre em relação às questões de segurança e, sobretudo, relacionado às regras do local, com ênfase maior no que diz respeito ao namoro, fato apontado pelos participantes adolescentes.

Em relação à segurança, é fácil notar a preocupação com a vigilância, uma vez que nenhuma atividade é realizada sem a presença de um conselheiro, isto sem contar os conselheiros de integração que ficam circulando pelo local, observando os participantes.

Quanto às regras, o principal problema citado sobre a vigilância é o namoro entre os participantes. Mesmo quem não sente o problema pessoalmente, acredita que outras pessoas são vigiadas pelos conselheiros, o mesmo podendo acontecer com elas caso façam algo contra as normas do local.

Como a temporada observada é a primeira com caráter misto envolvendo idades até 16 anos, a vigilância é até um dado compreensível entre os participantes. O problema é o exagero demonstrado, pelo acampamento, uma vez que uma simples conversa entre meninos e meninas, mesmo quando amigos, é vista de modo diferente, revelando a falta de confiança dos conselheiros com os participantes em geral.

Entre os participantes, inclusive, há posições distintas quanto à questão do namoro, com argumentações pró e contra.

Contra o namoro há o argumento de que a situação, além de não servir de bom exemplo para as crianças menores, pode também provocar comentários maldosos das pessoas, influenciando nos relacionamentos e amizades, gerando possíveis disputas pessoais. A favor estão aqueles que gostariam que o acampamento permitisse namorar na frente de todos, o que seria mais tranquilo, pois segundo eles a proibição apenas aumenta o desejo de fazer aquilo que não é permitido.

Para um dos entrevistados, o Paiol Grande errou ao realizar a temporada mista, até 16 anos, com as mesmas regras de uma temporada para crianças de 7 a 11 anos. No caso específico do namoro apenas o proibiu sem uma melhor explicação dos motivos.

O depoimento acima confirma os dados analisados na pesquisa documental e de campo, em que foi verificada a falta de discussão e criação em grupo a respeito das regras.

Observando a realização de uma reunião entre conselheiros e participantes pude notar que embora estes últimos não estabelecessem as regras de limpeza e arrumação do chalé, ao menos discutiam e estabeleciam quem e como seriam desenvolvidas as atividades pelo grupo, ao contrário das demais regras, entre elas a proibição do namoro, que apenas foram citadas pelo conselheiro, sem maiores explicações, além da ênfase na filosofia de trabalho do acampamento. Segundo uma conselheira o acampamento dá

liberdade para a decisão de algumas regras de convivência, mas não é uma liberdade tão grande a ponto de incluir todas as regras para serem discutidas entre conselheiros e participantes.

Durante a temporada percebi a dificuldade com que a situação foi trabalhada. Vários foram os casos de namoro ocorridos durante os dias de acampamento, situação que preocupou muito a coordenação do local. Em um dos dias foi realizada uma reunião, com as crianças maiores, com a intenção de conversar sobre o problema que estava atrapalhando o grupo e as atividades. Embora para a coordenação tenha sido um bate-papo e não uma bronca, a reunião foi o modo encontrado pelo acampamento para chamar a atenção e até ameaçar com punições as crianças. A falta de “espírito paioleiro”, por parte das crianças, foi sempre mencionada por conselheiros e coordenadores quando aconteceu algo diferente ao esperado.

Uma reunião esclarecedora sobre os namoros, realizada com todos os participantes, na qual pudessem colocar seus pontos de vista, seria uma boa estratégia para o grupo criar suas regras de convivência, tentando, se não resolver este tipo de questão, pelo menos minimizá-la.

Apesar dos problemas citados, o convívio entre participantes e conselheiros foi descrito como bom. O relacionamento era de igual para igual, criando vínculos de amizade e respeito, além de trazer segurança e ajuda nos momentos em que as dificuldades apareciam, e mesmo as broncas eram encaradas como necessárias de vez em quando.

Explicitada a descrição e forma de funcionamento do acampamento Paiol Grande nas suas relações com os participantes, o mesmo procedimento será realizado a seguir com relação ao acampamento Sítio do Carroção, para posterior comparação, em busca de elementos que permitam levar a uma conclusão, ainda que provisória, específica da realidade analisada.

Diferentemente do acampamento Paiol Grande, a descrição do acampamento Sítio do Carroção e sua forma de funcionamento serão baseadas, apenas, na pesquisa de campo devido a falta de documentos que possibilitassem a pesquisa documental do local escolhido para análise.

## **2.2.-O ACAMPAMENTO SÍTIO DO CARROÇÃO**

Fundado em 1973, o acampamento Sítio do Carroção está situado em Tatuí, interior de São Paulo, de propriedade de Luiz Leite.

Assim como o acampamento Paiol Grande, o Sítio do Carroção é um espaço de lazer que realiza temporadas, nos períodos de férias e durante o ano letivo, com escolas, empresas, igrejas, entre outras instituições, de modo a movimentar o local durante todo o ano. O espaço tem capacidade para atender cerca de 200 crianças com idades entre 5 e 16 anos, numa área de 360.000 metros quadrados. Com equipamentos e atrações novas a cada temporada, os participantes podem se divertir em lugares como o labirinto medieval, piscina com cachoeira, ponte pênsil e cabana do Tarzã, a trilha do Indiana Jones, a pista de Fórmula 1, o togogã natural, além de jogos, esportes e festas.

Segundo os profissionais entrevistados, o seu ingresso no grupo se dá de forma parecida ao acampamento Paiol Grande. Ou seja, geralmente são indicados por um amigo(a) da faculdade e, ou participam de um treinamento, ou são convidados a participar de um final de semana monitorando atividades com um colégio, como forma de conhecer o local e assim depois participar das temporadas de férias. O curso de capacitação de monitores realizado pelo acampamento não é considerado pré-requisito para participar da temporada de férias, sendo que alguns dos entrevistados somente realizaram cursos após a sua primeira temporada. Alguns dos profissionais sequer participaram deles, sendo capacitados à medida em que desenvolviam seu trabalho, através da constante presença no local e ajuda dos colegas de trabalho mais experientes.

O curso de capacitação funciona como uma apresentação do espaço ao profissional que, através dele, recebe as orientações de como se portar, a filosofia do local, suas atribuições, procurando esclarecer as possíveis dúvidas que possam surgir durante a temporada de férias. No entanto, é um curso desenvolvido pelo gerente de atendimento, filho do dono do local, sem qualquer material que dê fundamentação teórica ao trabalho desenvolvido, realizado, principalmente, através da vivência de situações características de um acampamento, baseado na experiência adquirida com o passar dos anos.

Entre os profissionais que participam da temporada, o acampamento Sítio do Carroção os divide em gerente de atendimento, atendimento e monitores totalizando aproximadamente 20 pessoas, com atuações diferenciadas, de acordo com a função.

Entre aqueles que atuaram com o lazer na temporada em que a pesquisa foi realizada, a maioria absoluta era formada por estudantes da área de Educação Física, com idade superior a 18 anos, embora, segundo relatos, isto não seja pré-requisito para fazer parte do grupo. Esta informação foi confirmada pela presença de profissionais com apenas o 2º grau. O próprio gerente de atendimento e coordenador geral do acampamento tem somente o 1º grau completo. Há também uma monitora formada em Dança e uma profissional da equipe de atendimento que é estudante de Direito.

No que diz respeito às diferentes funções, a de gerente de atendimento é desempenhada pelo filho do proprietário. De acordo com seu relato sua função é fazer o acampamento funcionar, determinando o que será feito e quem fará as atividades, tanto entre os monitores quanto entre os participantes. Também supervisiona o andamento das atividades junto aos acampantes. O local não conta com um coordenador de atividades, pois estas já estão preparadas. São apenas determinadas pelo gerente e os dias em que serão realizadas.

Entre as 4 pessoas que trabalham com a função de atendimento, suas atuações estão relacionadas a questões operacionais e podem ser divididas em atribuições gerais e individuais.

Enquanto atribuições gerais, são responsáveis pela montagem dos jogos e passeios, suas explicações junto aos participantes e atuação como guias nestes últimos, sem conviver com as crianças nos quartos. Individualmente, cada uma dessas pessoas se responsabiliza por questões tais como: controle dos horários iniciais e finais das atividades, fazendo com que a programação seja cumprida; organização da parte artística e das festas realizadas, preparando e coordenando a distribuição de todo material necessário; organizar e cuidar dos rádios de comunicação e da infra-estrutura para os grupos chegarem ao acampamento; registro de todos os acampantes, cuidando da parte de informática, com a elaboração dos crachás, certificados de participação, listas, etc.

O grupo de monitores, por sua vez, é responsável pela segurança (feita de modo camuflado, sem que a criança perceba), animação e bem estar dos participantes (higiene, alimentação, saúde e organização dos objetos pessoais nos quartos). Sua atuação, também, pode ser dividida em atribuições coletivas e individuais no relacionamento com os participantes.

Segundo os profissionais, a atuação se baseia na filosofia de trabalho do acampamento, onde o monitor, apenas, acompanha e anima as atividades (jogos e passeios) sem precisar participar da montagem e explicação realizada pela equipe de atendimento. Nestes casos, primeiramente, deve observar a segurança de todas as crianças, porém, de forma animada para que a atividade não se torne monótona. Durante as atividades do horário livre, a atuação se torna mais individualizada, devendo estar atento primeiro a seus acampantes, para depois animar e brincar com os demais participantes.

Ao contrário da equipe de atendimento, os monitores dormem nos mesmos quartos que as crianças facilitando, através do convívio, a integração monitor/participante. Neste caso devem ajudá-las na organização de seus objetos pessoais, além de observá-las em relação a higiene pessoal, saúde e comportamentos, bem como acompanhá-las durante as refeições, auxiliando na resolução de possíveis problemas, “de modo a garantir, com segurança, a satisfação e o bem estar de todos”.

Os monitores são responsáveis, ainda, pelo cumprimento, por parte das crianças, das regras determinadas pelo acampamento, tais como: horários, limites permitidos de utilização do espaço, entre outras.

Fica claro, através dos relatos e observações realizadas, que os monitores apenas executam as atividades propostas pelo gerente de atendimento, sem qualquer participação em sua elaboração. Não há qualquer reunião entre monitores, atendentes e gerência para discutir a elaboração das atividades a serem feitas. A única reunião realizada, no período noturno, acontece com o objetivo de informar, monitores e equipe de atendimento, em relação à programação a ser feita, de modo que todos possam se preparar com antecedência dentro de suas funções. Mudanças na programação somente acontecem dependendo das condições meteorológicas, e aí então é possível perceber uma participação maior dos monitores com idéias e sugestões.

Em condições normais, somente nos dois momentos abaixo, o monitor tem um pouco mais de abertura para participar da elaboração de atividades. Eles são previstos pela gerência e são o “horário livre” e “a atividade com o seu monitor”. Neles cada monitor define a atividade que realizará com seu grupo. Nos demais, o monitor deve executar o trabalho proposto, zelando pela segurança e animação de todos.

A filosofia de trabalho do acampamento é, inclusive, alvo de muitas críticas por parte dos monitores que se sentem limitados no seu campo de atuação. Embora nem todos critiquem, são vários os relatos que apontam a falta de valorização do profissional

em relação ao espaço físico do acampamento, inibindo a possibilidade de criação, restringindo a atuação à simples execução de tarefas, bem como a funções de “babás” e “palhaços”, principalmente no que se refere à ação com as crianças menores.

Segundo os profissionais, isto acontece porque as atividades do acampamento já estão todas prontas, por isso a divisão do grupo em “monitores”, que apenas acompanham, e “equipe de atendimento” que prepara e explica as atividades. Além disso, para o acampamento, devem prevalecer as atrações do local e não o monitor, caracterizando o contato com as crianças de forma restrita. Embora o referencial de amizade seja importante no relacionamento entre monitor e participantes, esse é um fator não privilegiado. O acampamento prefere não depender dele para um possível retorno dos participantes.

Embora o planejamento prévio da programação seja considerado “prático”, é certo, entre os profissionais, que o acampamento poderia ter um espaço maior para que a criatividade dos monitores pudesse aparecer. Acreditam que se essas questões fossem trabalhadas em conjunto, o acampamento seria melhor aproveitado por todos, principalmente pelos acampantes. E, segundo eles, é esta a diferença em relação aos outros locais, onde o lado humano é melhor trabalhado, ao contrário do Sítio do Carroção onde a relevância é dada ao espaço físico e às atividades.

A programação realizada é composta de jogos, passeios e festas, sendo estruturada da seguinte forma: pela manhã e tarde acontece um jogo para todos os participantes, seguido pelos passeios para os vários grupos, finalizando com a realização do horário livre. Após o horário de almoço acontece a “atividade com o seu monitor”, no intervalo até o reinício das atividades programadas. No período noturno ocorrem jogos ou festas e o dia é encerrado por volta das 23:00 horas.

Após chegarem ao acampamento as crianças são divididas em 4 equipes de cores diferentes, cujo objetivo é a participação em uma gincana, na qual todos os jogos

realizados contam pontos para um placar geral que determina, ao final da temporada, a equipe vencedora.

Embora o local tenha um amplo leque de atividades, a programação de lazer deixa a desejar, enquanto possibilidade de opções, nos horários programados, pois tanto os jogos quanto os passeios são direcionados pelo gerente de atendimento para os grupos de crianças, oferecendo-se somente uma modalidade para cada grupo. Privilegia-se, assim, os interesses físico-esportivos no gênero da prática.

O ócio, de acordo com a observação realizada, também não é uma questão levada em conta durante as atividades direcionadas. As crianças são insistentemente “convidadas” a participar, convencidas a, pelo menos, ficarem junto ao grupo, de maneira que possam ser observadas e controladas. Certo dia, numa atividade noturna, em que um grupo de crianças dormiria em outro local do acampamento, um dos monitores afirmou que precisou de mais de 30 minutos para convencer a criança a participar, uma vez que ela estava irredutível e não queria ir para a atividade de jeito nenhum. Acabou convencendo-a “pelo cansaço”.

Para os entrevistados, é no “horário livre” que ocorre efetivamente o lazer das crianças, pois é um horário em que ela pode escolher o que mais lhe agrada. As atividades programadas, por serem dirigidas e únicas, não possibilitando a escolha, induzem a participação.

No horário livre a criança pode fazer o que quiser. Além da possibilidade de escolher entre as várias atividades que o acampamento oferece, tais como piscina, futebol, pebolim, atividades manuais, ela tem, também, um espaço para criar a sua atividade ou ainda ficar sem nada fazer, se assim optar.

No entanto, a liberdade encontrada durante esse horário, do mesmo modo que no acampamento Paiol Grande, é marcada por algumas restrições. Neles, apesar de não

haver obrigatoriedade na participação, as crianças não podem sair dos limites de uma área específica, chamada área central, nem ficar dentro dos chalés, salvo se estão doentes ou acompanhados por um monitor.

Pode-se afirmar, baseado nas observações, que nos “horários livres” as crianças têm mais liberdade em relação à escolha daquilo que querem fazer, mas são tão vigiadas e controladas quanto nos horários programados, como forma de garantir a segurança, “a principal função na atuação dos monitores”.

Sobre a realização das atividades “para” as crianças ou “com” as crianças, fica claro, através das entrevistas e observações, que a forma de trabalho desenvolvida no espaço privilegia os famosos “pacotes de lazer”, pensados por uma única pessoa, sem a participação dos demais profissionais e muito menos daqueles para quem a programação será dirigida.

São vários os relatos exaltando o “padrão de qualidade” do espaço físico e a “super produção” das atividades, através de materiais feitos especialmente para a sua realização, relativizando, assim, o papel do profissional e, por consequência, dos participantes.

Para o gerente de atendimento, os acampamentos que não possuem uma infraestrutura parecida com a do Sítio do Carroção, não desenvolvem um trabalho profissional e procuram suprir estas deficiências apoiando-se na figura do monitor e nos fortes laços de amizade criados através do convívio com os participantes. Para um dos entrevistados da equipe de atendimento, é importante o fato do acampamento oferecer um material bem feito, bonito e pronto, pois assim não ocorre a necessidade do monitor ter que se esforçar, sobressaindo-se como um “palhaço” para realizar as atividades. Relata que outros locais, onde a infraestrutura não tem a qualidade tão boa, precisam destacar a presença dos monitores para suprir suas deficiências de recursos materiais.

Uma das monitoras afirma que, sem menosprezar a capacidade das crianças, a elaboração e organização das festas programadas e realizadas pelo acampamento não seria a mesma caso fossem elaboradas com a participação das crianças. Por isso, a essas cabe apenas o papel de consumidores nas atrações, dada à ênfase atribuída ao produto final, em detrimento do processo de criação e participação.

A ênfase no produto final não acontece somente nas festas, mas também em cada competição realizada. Ao término de cada uma delas a equipe vencedora dá uma volta olímpica ao som de uma música e as demais ficam sentadas apenas observando. É pensamento da direção, inclusive, transformar o local em uma espécie de parque temático, sem opção de pernoite, com os monitores assumindo a função de guias dos grupos que visitarem o local.

Embora discorde da filosofia de trabalho do local, destaco que dentro daquilo que se propõe fazer, o acampamento Sítio do Carroção o faz muito bem. Para um dos entrevistados pode ser caracterizado como “uma empresa que preza o padrão de suas atividades”. Apesar da excelente infra-estrutura, entendo que o trabalho desenvolvido é de questionável valor para o desenvolvimento pessoal e social da criança, enquanto faixa etária específica. Parece ocorrer uma espécie de furto camuflado do lúdico e a conseqüente substituição da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança, muitas das quais reproduzidas do mundo adulto.

Em relação ao entendimento que os profissionais teriam do acampamento, enquanto um espaço de lazer, as respostas pouco esclarecem no que diz respeito a questões como conteúdos, gêneros, níveis, valores, papel dos profissionais, funções, etc., muito embora a equipe de monitores seja formada em sua quase totalidade por estudantes e profissionais de Educação Física, área tradicionalmente ligada ao estudo do lazer, ainda que de modo não exclusivo.

Nesse sentido, procurando conceituar os termos recreação, lazer e lúdico, os relatos de alguns entrevistados demonstram claramente os mal-entendidos, consequência do desconhecimento da Teoria do Lazer.

Assim, para um dos monitores, atividade recreativa seria uma atividade que envolve o movimento, é dirigida e é característica da Educação Física, ao contrário do lazer que seria um momento não necessariamente recreativo. O lúdico, por outro lado seria qualquer atividade que permite uma interação maior entre quem ensina e quem aprende. Segundo o entrevistado, sua atuação no acampamento é baseada em atividades recreativas com caráter lúdico.

Outro relato coloca diferenças entre lazer e recreação, associando ao segundo termo necessariamente uma atividade. Para o profissional, o acampamento, enquanto espaço de lazer, tem, além das atividades recreativas que podem proporcionar lazer, alguns momentos em que a criança pode fazer o que quiser, como nos horários livres, embora não possa ficar nos quartos nem sair da área central.

São entendimentos a respeito do tema que, ao contrário de esclarecerem, deixam a situação ainda mais confusa.

Grande parte das respostas dos entrevistados entende o local como um espaço de lazer com características pedagógicas, extrapolando a questão do lazer. Para esses entrevistados as atrações do local permitem às crianças um aprendizado de maneira agradável. Entendo, porém, que esta associação entre lazer e educação é realizada de modo restrito, privilegiando os valores relacionados à educação, uma vez que o lazer somente teria como funções o divertimento e o descanso.

Para a maioria dos entrevistados o Acampamento é um espaço importante para as crianças conviverem em grupo, aprendendo a dividir tarefas e a se tornarem mais independentes, em relação às atividades diárias. Nesse sentido, para a gerência de

atendimento, as principais funções do acampamento não se restringem somente ao lazer. Embora seja considerado importante, o lazer é entendido como obrigatório, como forma de “segurar uma criança no local”. A função principal seria trabalhar para que a criança volte do acampamento mais independente, sociável e responsável, em relação ao seu “estágio inicial”.

Assim, o lazer também é instrumentalizado, de acordo com características utilitaristas, para a formação do caráter social exigido pela sociedade. Os profissionais que trabalham no espaço desconhecem os valores educativos do lazer enquanto veículo e objeto de educação, privilegiando, através da vivência do elemento lúdico, a participação e o desenvolvimento pessoal e social, de modo a respeitar a criança enquanto faixa etária específica.

Mesmo impondo algumas atividades, os profissionais consideram que o local cumpre o seu papel enquanto equipamento de lazer, pois as crianças se divertem muito, estando satisfeitas na maioria das vezes. Além disso, é um importante espaço para o desenvolvimento de suas habilidades físicas, emocionais e motoras, através de atividades diferentes das realizadas no dia-a-dia , proporcionando às crianças o contato com áreas verdes, conscientizando-as a respeitar a natureza.

Enquanto espaço físico, é considerado excelente e muito prático, pois não há a necessidade de sair do local para fazer as atividades, beneficiando o trabalho. Apesar de ser um local muito bonito e proporcionar várias possibilidades de lazer, discordo do fato dos participantes não saírem do espaço para conhecer a região e sua cultura, como forma de integrar a criança a realidades diferentes das encontradas no meio urbano. Este conhecimento poderia ocorrer através de jogos ou passeios.

Os dados coletados junto aos profissionais são complementados pela análise dos relatos dos participantes com idades entre 05 e 16 anos. Percebe-se nesses relatos

praticamente as mesmas respostas dos participantes do acampamento Paiol Grande, embora a filosofia de trabalho seja diferente.

Nesse sentido, a escolha do local para o período das férias é feita, também, geralmente, pelo participante. O retorno de pessoas que, anteriormente, participaram e gostaram do local foi o principal motivo colocado nas entrevistas. A influência de familiares e amigos que participaram em outras ocasiões e contaram detalhes do local; a possibilidade de participar em grupo junto com essas pessoas; a perspectiva de ficar o período de férias em casa sem nada fazer; as atrações sempre novas que o acampamento proporciona também justificam as escolhas. O interessante é que até mesmo a amizade com os monitores é citada como um dos motivos de escolha, embora a filosofia do acampamento seja contra esses vínculos, preferindo destacar em seu trabalho o espaço físico e suas atrações.

No entanto, perguntados se iriam para outro lugar nas férias caso pudessem escolher, respostas afirmativas e negativas surgiram, destacando-se entre as primeiras viagens para a Europa e Estados Unidos, principalmente com destino à Disney.

Entre os que responderam que não escolheriam outro local, os motivos apresentados são os mesmos que os levam a participar de todas as atividades propostas pelo acampamento. Entre as várias respostas afirmam que as atividades são “legais” e animadas, além da possibilidade de fazer novas amizades através da participação. Para os entrevistados a ida para o local significa estar disposto a brincar, devendo, portanto, “entrar no espírito do acampamento”, aproveitando para conhecer todas as brincadeiras, sem arrependimento posteriormente por não ter participado.

A participação em grupos de amigos ou familiares é outra característica deste tipo de atividade. Nestas condições é bem superior à participação individual. Estes grupos são formados principalmente por pessoas do mesmo colégio.

No caso acima, também é grande o retorno de pessoas que já participaram em outras ocasiões e gostaram do local. Ao contrário do Acampamento Paiol Grande, a presença de muitos dos participantes acontece tanto nas férias de inverno quanto nas de verão.

Além da participação nas temporadas de férias, são vários os casos de crianças que também já estiveram no acampamento através de excursões organizadas pelos colégios em que estudam. Algumas, inclusive, conheceram o local através desses passeios realizados durante o período escolar. Do mesmo modo que o acampamento Paiol Grande, o trabalho realizado junto a escolas é de grande importância, pois pode conquistar a simpatia e a presença das crianças nas temporadas de férias, bem como garantir o retorno das escolas durante o ano letivo.

Em relação a uma possível obrigatoriedade na participação das atividades, a quase totalidade dos entrevistados não apontou a sua ocorrência. Não é, porém, uma unanimidade.

A obrigatoriedade existe e está presente em alguns relatos, sendo constatada também através da observação participante. Para estes participantes, isto acontece pois os monitores, em sua forma de atuar, estão sempre insistindo para que as crianças participem, como forma de poder observar a todos. Além disso a não participação prejudica a equipe com perdas de pontos, obrigando a presença nas atividades. Segundo uma participante de 16 anos, constantemente os monitores insistem com ela, dizendo-lhe para dar exemplo às crianças mais novas, pois é uma das participantes mais velhas em idade e em participação acampamento. Mesmo aqueles que não têm qualquer crítica a esta questão acreditam que devido aos monitores, caso não quisessem participar, acabariam convencidos ao final.

Associada à questão da obrigatoriedade, aparece o problema da vigilância que é exercida sobre os participantes em relação às regras do local, principalmente com a segurança do coletivo.

Do mesmo modo que a questão da obrigatoriedade na participação, poucas são as crianças que percebem a vigilância. Porém, fica muito visível na atuação dos monitores a preocupação com a segurança das crianças. Estas raramente estão sozinhas no espaço do acampamento. Mesmo no horário livre quando estão, de certa forma, mais soltas, a presença dos monitores com seus participantes é constante. Estes não podem, nem mesmo, deixar a área central. Uma situação que exemplifica bem esta questão foi a realização de um baile durante o qual ninguém tinha permissão para deixar o local, exceção feita para ir ao banheiro, localizado fora do salão ou voltar para o quarto e dormir. Fora isto ninguém deveria sair do espaço. Na porta foi colocada uma pessoa da equipe de atendimento controlando a entrada e saída das crianças.

Em relação às demais regras do local, como proibições a namoro, bebidas e cigarros, a situação é trabalhada com mais tranquilidade pelo Acampamento, passando quase despercebida por todos os participantes entrevistados. De todos os relatos, somente uma acampante tocou nesta questão ao ser perguntada. Segundo esta participante, embora os monitores permitam o namoro longe das crianças menores, se a pessoa quiser “furar as regras” determinadas pelo acampamento, ela com certeza vai ser vigiada.

De acordo com os monitores, as regras de convivência são preestabelecidas pela direção e passadas para as crianças no primeiro dia de acampamento, através de um passeio de reconhecimento do local, onde são determinados os limites da área central, os quais todos devem respeitar quando fora das atividades programadas. As demais regras são colocadas individualmente, na medida em que ocorre a necessidade delas, procedimento utilizado para não rotular o local de maneira negativa junto aos participantes, estando todos os monitores preparados para resolver possíveis problemas.

Através das entrevistas com participantes e profissionais fica evidente que a explicitação e construção das regras de convivência não se dá com a participação de todo o grupo. Ao contrário, somente são discutidas quando há necessidade. Entendo que esta não é a melhor forma de se trabalhar, devido às próprias características associadas a este tipo de atividade, o que pode comprometer o local enquanto espaço de lazer.

A ocorrência das questões acima levantadas, no entanto, não provocam problemas de relacionamento entre profissionais e participantes. Para estes a relação com os monitores é muito boa e até mesmo as “brincas” são vistas como necessárias. Para eles, os monitores são “legais”, estando sempre animados nas atividades. Além disso são amigos, abrindo espaço para conversar sobre todos os assuntos, ajudando-os sempre que estão com alguma dificuldade.

A análise de todo esse quadro relativo aos acampamentos escolhidos para a pesquisa de campo, tomando como referência o capítulo inicial da dissertação, suscita uma série de reflexões realizadas a seguir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reafirmando o que já foi colocado anteriormente, as reflexões aqui realizadas, muito mais que esgotar, têm como objetivo ampliar a discussão sobre a atividade acampamento de férias, haja visto a quase inexistência de estudos mais aprofundados acerca da atividade que, apesar disto, há muito tempo é desenvolvida por profissionais das mais variadas áreas num grande número de instituições, atendendo a uma enorme quantidade de participantes nas mais variadas regiões do país.

Além disso, é importante deixar claro que essas reflexões dizem respeito a uma determinada leitura da realidade, neste caso a minha leitura, através dos dados coletados e analisados, o que significa dizer da existência da possibilidade de outros entendimentos a partir de uma outra análise da realidade, quer sejam complementares, quer sejam contrários a este trabalho.

Neste sentido, esta leitura é realizada através do cotejo de minhas reflexões efetuadas com os pensamentos dos autores analisados na pesquisa bibliográfica e o material coletado na pesquisa de campo, buscando analisar a atuação do profissional de lazer, nos espaços escolhidos, e saber até que ponto essa atuação traz implicações para o lazer dos participantes. Para tanto, diferentes situações foram analisadas a partir da relação entre os profissionais, as instituições e seus objetivos, sem esquecer os participantes nessa relação, que influenciam e, de certo modo, determinam a atuação dos primeiros.

Embora os dois locais estejam atuando no mesmo ramo de atividade, é importante destacar que as filosofias de trabalho desenvolvidas são diferentes em vários aspectos, principalmente em relação à atuação dos profissionais, conforme descrito no capítulo anterior, o que, no entanto, não impede a ocorrência de situações semelhantes, no que diz respeito às questões analisadas.

Nesse sentido, no que diz respeito à participação das crianças na atividade acampamento de férias a escolha do local é realizada, geralmente, pelo participante. É

uma atividade em que as crianças, em sua quase totalidade, participam em grupo, de familiares ou de amigos, sejam eles da escola ou do local onde moram. A influência de familiares e amigos que participaram em outras ocasiões, as atrações que os acampamentos proporcionam, a amizade com os monitores e participantes de outras temporadas, todos estes são motivos que determinam a presença dos participantes em um ou outro acampamento.

Em relação à ação dos profissionais, fica claro através dos dados coletados pela observação e entrevistas realizadas, a influência que a atuação dos profissionais exerce em relação ao lazer dos participantes. Entendo que a atuação desses profissionais não tem privilegiado a vivência do elemento lúdico para as crianças participantes nesses espaços de lazer, pois se percebe na ação a imposição, a interferência, o direcionamento das atividades realizadas, caracterizando-a não como mediadora entre a cultura que a criança traz consigo e o acampamento e suas possibilidades de lazer, mas como centralizadora em todas as tomadas de decisão.

Um dos motivos da interferência acima mencionada é a obrigatoriedade na participação das atividades de lazer, realizada de forma sutil por parte dos profissionais que atuam nesses acampamentos. Esta é uma questão que ocorre apesar dos discursos oficiais afirmarem o contrário, o que revela uma falta de coerência entre o discurso da direção dos locais e a ação efetivada durante a realização das atividades.

Para as instituições, as crianças e adolescentes podem conviver, durante os dias passados no local, num clima de total liberdade. No entanto, nos dois locais pesquisados é comum observar insistentes "convites" dos profissionais para que as crianças e adolescentes participem das atividades, facilitando, de acordo com o discurso, a integração do grupo. Porém, mais do que isto, entendo que se trata de uma forma de garantir, através da presença nas atividades, o controle e a segurança de todos, principal questão considerada no desenvolvimento do trabalho dos profissionais.

A ocorrência dessa obrigatoriedade é criticada até mesmo por alguns profissionais, embora afirmem que realizam seu trabalho mesmo discordando dele, pois, segundo eles, é preciso “vestir a camisa do local”, uma vez que concordaram com a filosofia de trabalho desenvolvida no espaço, explicada no treinamento antes da temporada de férias.

Para os participantes essa questão também não passa despercebida. Para estes a obrigatoriedade acontece pois, além da situação citada anteriormente, durante as atividades programadas faltam opções, o que os levam obrigatoriamente a participar da atividade proposta. Ou então são insistentemente convidados, devido à falta dessas outras opções.

A ocorrência dessa situação fez criar num grupo de crianças, uma determinada forma de organização contra este tipo de obrigatoriedade, a qual consiste em recorrer à enfermaria e aos cuidados dos profissionais, preocupados com o bem estar dos participantes, como forma de minimizar a situação adversa.

A situação encontrada confirma um dos riscos citados por Marcellino (1986) na atuação dos profissionais de lazer e que é a possibilidade de direcionamento da programação, não oferecendo oportunidade de escolha para os participantes.

Analisando os conteúdos do lazer realizados percebi em ambos os locais, uma grande ênfase no gênero da prática, ignorando-se quase totalmente os gêneros da fruição e do conhecimento. Esta é uma situação comumente encontrada, em que a prática é relacionada, via de regra, à atividade e o consumo à passividade (Marcellino, 1983), ocasionando grandes equívocos na realização das atividades de lazer.

De modo geral, a programação nesses espaços é dividida em “horários programados” e “horários livres”, sendo que nos horários programados é realizada

apenas uma brincadeira ou passeio para os grupos de crianças, sem que estas possam optar por uma outra possibilidade.

Nos horários livres, as crianças podem escolher uma atividade entre as várias realizadas, mas mesmo assim com restrições. No acampamento Paiol Grande a presença de um dos profissionais é condição principal para a realização de qualquer uma das atividades. Além disso, a possibilidade do ócio, do “nada fazer”, não é levada em consideração pelo local, na atuação dos profissionais. Isto acontece porque vários deles são designados para atuar, durante este horário da programação, como monitores de integração, cuja função requer que circulem por entre as atividades realizadas, observando as crianças mais dispersas, de modo a incentivá-las à prática de qualquer atividade para que todos permaneçam em grupo, facilitando, assim, a integração e o controle dos participantes.

A situação não muda muito no acampamento Sítio do Carroção, onde apesar da possibilidade do ócio no horário livre, as crianças não podem sair de uma área central, demarcada pelo acampamento, como forma de serem visualizadas e controladas pelos profissionais, o que diminui, no meu modo de entender, o rol de atividades possíveis de serem realizadas.

Ao contrário disso, entendo que a programação dos acampamentos de férias deveria proporcionar a maior quantidade possível de atividades de lazer para as crianças, como forma de criar um repertório, além de possibilitar aos participantes escolher aquilo que fosse mais interessante, trabalhando a partir das aspirações do grupo, com a possibilidade de livre adesão às atividades e também com a “não atividade”, nos três gêneros, buscando a ultrapassagem de níveis conformistas para críticos e criativos.

Conforme explicitado no primeiro capítulo, uma das possibilidades seria trabalhar de acordo com as categorias de análise de Dumazedier (1980a; 1980b), em termos de conteúdos, gêneros e níveis, buscando-se a formação de um participante mais crítico e

criativo. A livre adesão seria a possibilidade de optar por participar de qualquer uma das atividades, podendo até mesmo optar pela “não participação”. É a presença do ócio, se esta for a opção desejada pelo participante.

Além disso, também é importante que os acampamentos de férias estimulem nos participantes o hábito da criação de suas próprias atividades, organizando-se para tal, de modo a buscar a sua autonomia, sem depender da presença constante do profissional de lazer, através de espaços vazios deixados durante a programação, nos quais nenhuma atividade seria programada.

Deve ser considerado também o desestímulo à busca da autonomia, com relação à própria situação de segurança, tão decantada pelos monitores e organizadores em seus discursos, configurando-se quase uma situação que poderia ser caracterizada como de “super proteção”. O acampamento seria um “oásis”, na selva da violência, onde as crianças estariam tão protegidas, chegando a vivenciar situações não correspondentes à sociedade onde estão inseridas no seu dia-a-dia, como se a violência não fizesse parte.

Outro risco, citado por Marcellino (1986) advindo da atuação profissional, o oferecimento dos pacotes de lazer, ocorre nos locais pesquisados, já no momento em que a criança procura o acampamento para conhecê-lo. Portanto, bem antes da sua chegada ao local, funcionando como propaganda com vistas a conquistar a sua participação.

Embora sejam feitas sondagens acerca das preferências dos participantes, percebe-se no oferecimento das atividades a pouca participação da criança na elaboração da programação. A situação geral mostra que em ambos os locais o trabalho desenvolvido não é realizado com a criança, a partir da criança, mas para a criança, privilegiando, principalmente, não o processo, o desenvolvimento pessoal e social que as atividades de lazer possam proporcionar através da criação e participação, mas o produto final, o consumo, utilizando-se o lazer como um meio de alcançar objetivos consumatórios, ligados aos objetivos gerais dos acampamentos.

No acampamento Paiol Grande isto acontece uma vez que todas as atividades são direcionadas, segundo o discurso, para alcançar a grupalização, a cooperação, o respeito mútuo, utilizando-se, para tanto, o lazer como meio e instrumento através da diversão a ele relacionada. Entendo que o local acaba por ignorar a criança enquanto faixa etária específica, menosprezando suas individualidades e preferências em favor do grupo como um todo.

Já no acampamento Sítio do Carroção, também segundo o discurso, o trabalho desenvolvido é dirigido para que a criança volte do local mais independente, sociável e responsável. E aí entra novamente o lazer com a função de auxiliar no trabalho desenvolvido, através da realização de atividades super-produzidas, totalmente prontas, e em ambientes dotados de toda segurança, sem haver a necessidade da criação e participação da criança em sua elaboração, menosprezando-a enquanto produtora de cultura, não levando em conta as suas preferências e criatividade.

Observei nos dois locais analisados que a ação dos profissionais acaba por reforçar a situação denunciada por Perrotti (In: Zilberman, 1990) a respeito da substituição da produção cultural da criança pela produção cultural para a criança, entendendo-a apenas enquanto consumidora em potencial. Segundo o autor, oferece-se à criança como substituição ao roubo do espaço, ao bloqueio do lúdico, a possibilidade da vivência através de produtos culturais, daquilo que é negado no real, ocasionando uma grande perda para o seu desenvolvimento, perda que não é substituível por melhor que seja a produção cultural elaborada. Do meu ponto de vista isso se torna particularmente mais grave, uma vez que os acampamentos seriam a possibilidade de vivenciar esse espaço que é negado à criança no cotidiano.

Com relação às regras de convivência dos locais, estas são determinadas da mesma forma que a programação das atividades. Ou seja, a explicitação e construção das regras de convivência não ocorre com a participação de todo o grupo. Neste sentido, há algumas diferenças entre os dois acampamentos analisados.

No acampamento Paiol Grande, embora o discurso da direção afirme que todas as regras são criadas e discutidas pelos participantes, o que pode observar foi somente a discussão das regras de limpeza e organização do chalé tão somente enquanto divisão de tarefas, com o objetivo de se definir os seus executores. As demais, como namoro, cigarro, bebidas alcoólicas entre outras, são apenas colocadas para as crianças, carecendo de uma melhor explicação e discussão entre a direção, profissionais e participantes. A questão do namoro, inclusive, foi motivo de uma severa vigilância por parte dos profissionais, situação que poderia ser minimizada caso as regras tivessem um tratamento diferente daquele observado.

Em relação ao acampamento Sítio do Carroção, a preocupação do local está voltada para a segurança dos participantes. Por isto, as regras passadas para as crianças, no início da temporada, determinam os limites do espaço que todos devem respeitar, quando fora das atividades programadas. As demais regras nem ao menos são citadas pelos profissionais, como forma de não rotular o local de maneira negativa, sendo somente abordadas individualmente na medida em que forem ocorrendo.

Considero importante a discussão dessa questão, pois entendo que a forma como ela é trabalhada nos acampamentos pesquisados influencia diretamente a questão do lazer, através do furto do lúdico, da perda do prazer, descaracterizando as atividades, transformando os espaços de convivência, de diálogo, em espaços de cumprimento de tarefas.

Portanto, pela análise das observações e entrevistas percebe-se que o lazer é instrumentalizado e utilizado, de acordo com características utilitaristas, para a formação do caráter social exigido pela sociedade, o que explica a obrigatoriedade, a interferência e o direcionamento das atividades e das regras de convivência.

Nesse sentido, os dois locais enfatizam a importância que seus trabalhos têm para auxiliar a criança a ser mais independente, sociável e responsável em relação ao seu estágio inicial, extrapolando, segundo o discurso, a questão do lazer.

Para o acampamento Paiol Grande o lazer é um meio para se vivenciar situações em grupo, como forma de mudar a mentalidade dos participantes dentro do acampamento e, assim, tentar uma mudança para uma sociedade mais justa e fraterna, nos moldes da vivenciada no local, influenciando outras pessoas quando retornarem para suas casas. Assim, várias tarefas são colocadas para as crianças realizarem em grupo, incluindo tanto as atividades de lazer quanto as atividades de limpeza e organização dos chalés, e aí aparece com toda a clareza a obrigatoriedade para que o grupo como um todo não seja prejudicado.

Na realidade, entendo isso como uma tentativa não de mudar a sociedade que aí está, mas as pessoas que dela fazem parte, moldando-as de acordo com os interesses estabelecidos por esta sociedade, o que caracteriza uma preparação para o futuro, entendendo a criança não enquanto tal, mas como um adulto em miniatura a ser preparado para as dificuldades encontradas quando do seu ingresso na fase produtiva da vida.

Entendo que as instituições pesquisadas demonstram uma visão parcial e limitada do lazer que, conforme Marcellino (1987), contribui para o estabelecimento de mal-entendidos nas discussões quando o lazer é analisado isoladamente ou relacionado a outros objetos de análise. Desconhecem, assim, os valores educativos do lazer enquanto veículo e objeto de educação, o qual, através da vivência do elemento lúdico, privilegia a participação e o desenvolvimento pessoal e social, de modo a respeitar a criança enquanto faixa etária específica.

Esses mal-entendidos acabam refletindo na formação e atuação dos profissionais que atuam nesses espaços, a qual é determinada através da filosofia de trabalho,

conhecida e discutida em reuniões de treinamento, realizadas antes das temporadas de férias.

A falta de conhecimento da Teoria do Lazer, segundo Marcellino, reduz a atuação do profissional a um fazer não refletido, sem o estabelecimento de uma prática, mas sim de um “tarefismo”, contribuindo para colocá-lo em uma posição inferior, “salvo exceções que confirmam a regra, subordinado a outros profissionais de nível superior, ou a patrões, cuja única ‘qualificação’ é serem donos, proprietários de equipamentos específicos, no setor privado, ou ‘administradores públicos’ sem qualquer formação” (1995, p. 77).

A situação acima apontada por Marcellino, é facilmente constatada no acampamento Sítio do Carroção, através das entrevistas e observações. Nele todas as programações são determinadas pelo coordenador do local e passadas para serem executadas com os participantes. Os profissionais atuam como mero instrutores de atividades. A falta de um diálogo entre a direção e os profissionais é percebida através das respostas às entrevistas, que mostram o descontentamento destes em relação a filosofia de trabalho utilizada pelo local e que privilegia, em primeiro lugar, a segurança e a animação dos participantes, dando pouca ou nenhuma importância para o estabelecimento de um espaço de planejamento, em que a criação dos profissionais seja contemplada.

Situação diferente é encontrada no acampamento Paiol Grande, onde o espaço do profissional é valorizado e o diálogo entre todos, nas tomadas de decisões, mostra-se presente, o que não impede, no entanto, que sua atuação também seja marcada pelo “tarefismo”, haja visto o entendimento restrito sobre as questões do lazer e suas relações entre o seu papel enquanto profissional da área e a sociedade em geral.

Sobre este aspecto, as respostas dos profissionais, em ambas as instituições, pouco esclarecem em relação às principais questões do lazer, o que demonstra, mais uma

vez, a visão parcial apontada anteriormente. Basicamente, as respostas recebidas dizem respeito ao discurso das instituições, reflexo da estreita ligação entre a atuação dos profissionais e a filosofia de trabalho do acampamento discutida com eles, carecendo de uma visão mais ampla ligada a um projeto de transformação da sociedade.

Em relação à competência técnica no tocante ao lazer, é evidente em ambas as instituições a falta de subsídios dos profissionais, situação, aliás, que não é requisitada quando da seleção das pessoas a para formação de seus quadros de atuação.

Enquanto no acampamento Paiol Grande a equipe era formada por profissionais ou estudantes de várias áreas, no acampamento Sítio do Carroção a equipe entrevistada era formada, quase na totalidade, por pessoas da área de Educação Física, muito embora este não fosse um pré-requisito para atuar no local. Para os acampamentos as principais características analisadas são a identificação com a proposta do local, criatividade, dinamismo, extroversão e “jogo de cintura” para trabalhar com crianças, sendo que a única capacitação profissional fica restrita aos treinamentos realizados pelas instituições, antes dos períodos de férias. Os treinamentos são utilizados, por um lado, para preparar os novatos dentro da filosofia a ser desenvolvida e, por outro, para entrosá-los com os veteranos a fim de facilitar o desenvolvimento dos trabalhos.

Na ausência de competência técnica acima abordada, o compromisso político de mudança, outra característica que deve estar presente na atuação do profissional na sua ação como animador sócio-cultural (Carvalho, 1977), está apenas relacionado aos objetivos determinados pelas instituições, ou seja, preparar a criança para o futuro, transformando-a de acordo com as exigências determinadas pela sociedade. Não fica explícito, nos discursos e ações, o entendimento mais amplo do significado que a atuação dos profissionais tem enquanto possibilidade real de transformação, estabelecendo, através de suas ações, não uma ação transformadora, mas reprodutora dos valores encontrados na sociedade.

Assim, a ação dos profissionais de lazer, nos espaços analisados, não se realiza através das noções de facilitação, clarificação, catalização e promoção citadas por Carvalho para conseguir o alargamento da consciência social e cultural dos indivíduos participantes.

Além dos problemas citados, é importante acrescentar outros fatores que contribuem para o estabelecimento dessa situação, como a baixa remuneração recebida por uma carga de trabalho realizada praticamente durante as 24 horas do dia. O trabalho em um acampamento exige do profissional disponibilidade a qualquer momento, do dia e da noite, para a resolução de possíveis problemas surgidos com as crianças participantes. Aliado a isto, ocorre uma desorganização da “categoria” profissional, em que a grande maioria das pessoas trabalha sem qualquer vínculo oficial com o local. O trabalho é encarado como um “bico” para estes profissionais e mão-de-obra de baixo custo para o empregador. É claro que a resolução de problemas salariais e de organização trabalhista não significa, necessariamente, o desenvolvimento de uma atuação profissional com qualidade. No entanto, a falta de soluções para estes problemas acaba funcionando como um desestímulo à capacitação profissional na busca de um efetivo trabalho com melhor qualidade.

Em ambos os locais pesquisados fica evidente a falta de uma política básica de atuação em relação ao desenvolvimento de uma ação específica na área do lazer, política que venha a orientar o trabalho a ser desenvolvido e evitar a ocorrência dos problemas já referidos.

Analisando a questão do lazer relacionada à formulação de políticas de atuação, Marcellino (1996) chama a atenção, entre outras questões, para o entendimento parcial e limitado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, entre outros locais (os acampamentos de férias, analisados na pesquisa, por exemplo), em relação à abrangência e aos valores associados ao lazer que dificultam o estabelecimento de ações específicas na área. Segundo o autor, a discussão desta questão deve passar “pelo entendimento amplo do

lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras sócio-culturais verificadas,(...)” (1996, p. 27).

Para os locais analisados significa, entre outras questões, levar em conta: a inter-relação dos diferentes conteúdos; o entendimento do lazer não apenas enquanto descanso e divertimento, mas também enquanto desenvolvimento pessoal e social; atuar a partir das manifestações culturais dos grupos envolvidos, procurando, através da ação dos animadores culturais, a superação de níveis de participação, de conformistas para críticos e criativos; considerar as barreiras como sexo, faixa etária, espacial e estereótipos que, tendo a questão econômica como pano de fundo, limitam quantitativa e qualitativamente o lazer (Marcellino, 1996).

Além disto, é importante também levar em consideração aspectos como ordenação de espaços, reordenação do tempo e, principalmente, no que diz respeito ao espaço específico dos acampamentos de férias, a formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento de uma ação eficiente (Requixa, 1980).

Portanto, a necessidade do estabelecimento de uma política de atuação é fundamental como ponto de sustentação de uma ação específica na área do lazer, para que não se estabeleçam os equívocos verificados nos acampamentos analisados. **Para tanto, é preciso atuar a partir da realidade encontrada, não desconsiderando o trabalho e as experiências desenvolvidas por essas instituições, a fim de se buscar o desenvolvimento de ações que promovam mudanças no trabalho desenvolvido, de modo que os espaços possam cumprir com seus papéis enquanto equipamentos específicos, sem que as atividades de lazer signifiquem exatamente a sua negação.**

Reafirmando colocações anteriores, acredito que um trabalho desenvolvido de acordo com a **Pedagogia da Animação** (Marcellino, 1987), pode ser entendido como

alternativa ao trabalho encontrado, a qual coloca como ponto principal a questão do lazer e suas relações com as outras áreas de intervenção humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AYOUB, Eliane. **Interesses físicos no lazer como área de intervenção profissional**. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)- Faculdade de Educação Física da UNICAMP.
- BONACELLA, Paulo H. Acampamento de férias: parar para pensar. **Revista corpo e movimento**. São Paulo: Ano II, nº 5, nov. 1985.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRUHNS, Heloísa T. A proposta “carente” de lazer X o espaço de lazer dos “carentes”. **Revista R.B.C.E.** Vol.11, nº 3, 1990.
- BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CARDOSO, Fernando H. **A democracia necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.
- CAMARGO, Luiz O. Lima. Recreação pública. **Cadernos de lazer**. São Paulo: SESC (4), maio de 1979, pp. 29-36.
- \_\_\_\_\_. **O que é lazer**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, A. Mello de. **Cultura física e desenvolvimento**. Lisboa: Compendium, 1977.

CHAUÍ, Marilena S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **O educador: vida e morte**. 9. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989a, pp. 51-70.

\_\_\_\_\_. **Cultuar ou cultivar**. *Revista teoria e debate*. n.º 8, out./nov./dez. 1989b.

COELHO NETO, José T. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980a.

\_\_\_\_\_. **A teoria sociológica da decisão**. São Paulo: SESC, 1980b.

\_\_\_\_\_. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FALEIROS, Maria Isabel L. Repensando o lazer. *Perspectivas*. São Paulo: 3, 1980, pp. 51-65.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anambi, 1961.

FUNDAÇÃO ACAMPAMENTO PAIOL GRANDE. **Anuário 1988-1989**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

\_\_\_\_\_. **Anuário 1991-1992**. [S.n.t.], 1992.

FUNDAÇÃO ACAMPAMENTO PAIOL GRANDE. **Anuário 1993-1995**. [S.n.t.], 1995.

\_\_\_\_\_. **Manual do conselheiro**. [S.n.t.], 1997.

GAEZLER, Lenea. **Lazer: bênção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina/URGS, 1979.

GARCIA, Erivelto B. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, Nelson C. **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papyrus, 1995, pp. 23-53.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 4. ed., São Paulo: Perspectiva/ Ed. da USP, 1996.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

\_\_\_\_\_. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1990.

\_\_\_\_\_. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. **R.B.C.E.** n.º 12, 1991, pp. 1-3.

\_\_\_\_\_. Lazer: animação e participação cultural. **Comunicarte**, Campinas: Pucc (8), 1986, pp. 61-68.

\_\_\_\_\_. A Dicotomia teoria/prática na Educação Física. In: **Revista Motrivivência**. Santa Catarina: ano VII, n.º 8, dez. 1995, pp. 73-78.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas públicas setoriais: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

- MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: F.G.V., 1971.
- \_\_\_\_\_. Educação para o lazer. **Boletim de intercâmbio**. Rio de Janeiro: SESC, (3), 1980, pp. 37-54.
- MORAIS, Régis de (Org.). **Sala de aula: que espaço é esse ?** 8. ed., Campinas: Papyrus, 1994.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Brinquedo e indústria cultural**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIESMAN, David. **A multidão solitária**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- SANTOS, José L. **O que é cultura**. 11. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SILVESTRE NETO, A Dante. Lazer ativos e passivos: é possível tal classificação? **Leituras Celazer**, São Paulo: vol. 10, s.d.
- \_\_\_\_\_. Quem é o animador cultural? **Leituras Celazer**. São Paulo: SESC, 6, 1980.
- VALLE, Edênio e QUEIROZ, J. (Org.). **A cultura do povo**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1984.

WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZILBERMAN, Regina (Org.). **A produção cultural para a criança**. 4. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

## **ANEXOS**

## ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- 1- Como é feita a programação das atividades de lazer?
- 2- Existe opção de atividades na programação de lazer?
- 3- Existe a possibilidade de opção pelo ócio?
- 4- As atividades são realizadas para os participantes ou com os participantes?
- 5- Como são estipuladas as regras de convivência do grupo?
- 6- Como é a atuação do profissional de lazer durante a atividade?

## Lazer nos acampamentos de férias: uma análise da ação dos animadores sócio-culturais

Entrevista estruturada realizada com os participantes.

Acampamento \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Sexo \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

1- Você escolheu ou não vir para o acampamento?

Se sim, por que? Se não, por que?

2- Você participa ou não de todas as atividades propostas?

Se sim, por que? Se não, por que?

3- Há atividades que você se sente ou não obrigado a fazer?

Se sim, por que? Se não, por que?

4- Você vem ao acampamento no período de férias \_\_\_\_\_, em finais de semana \_\_\_\_\_, nos dois \_\_\_\_\_, com que frequência?

5- Você vem ao acampamento em grupo ou individualmente?

Se for em grupo, citar o nome do grupo

6- Para quem está passando as férias.

a) Se pudesse escolher, você estaria em outro lugar nessas férias?

b) Se sim, onde?

7- Você se sente vigiado ou não? Se sim, onde? Por quem?

8- Como você classifica, define, o seu convívio com os monitores?

## Lazer nos acampamentos de férias: uma análise da ação dos animadores sócio-culturais

Entrevista estruturada realizada com os animadores sócio-culturais.

Acampamento \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ Área de Formação \_\_\_\_\_

1- Como se deu o seu ingresso no grupo?

2- Participa ou não, de alguma forma, na elaboração das atividades de lazer?  
Se sim, como? Se não, por que?

3- Que função desempenha dentro da organização atual do acampamento?

4- Descreva como se dá a sua atuação no acampamento?

5- Como entende o acampamento enquanto um espaço de lazer?